

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Economia e Relação Internacional

ALAN LUCAS CARLOS

O comércio entre Brasil e China e suas perspectivas

FLORIANÓPOLIS, 2013

ALAN LUCAS CARLOS

COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA E SUAS PERSPECTIVAS

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof^o Ronivaldo Steingrader

FLORIANÓPOLIS, 2013

ALAN LUCAS CARLOS

A banca resolveu atribuir a nota 6,0 ao aluno Alan Lucas Carlos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 04 de março de 2013

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronivaldo Steingrader
Presidente

Profª. Drª Brena Paula Magno Fernandez
Membro

Profº. Dr. Felipe Amin Filomeno
Membro

RESUMO

Este estudo acadêmico teve como objetivo delinear análises a respeito do comércio entre Brasil e China, focando suas bases principais, concepções e relevância atual, dispondo de preceitos voltados as principais elementos que embasam a temática, de maneira que se compreenda a fundamentalidade do assunto em questão diante da realidade atual. As fundamentações desta pesquisa acadêmica foram pautadas por meio de revisão bibliográfica, a partir de procedimento metodológico empregado que consiste, primeiramente, em caráter quantitativo e qualitativo, procurando analisar informações referentes à temática, bem como informações alusivas à contextualização para a fundamentação do trabalho acadêmico. Acrescenta-se à pesquisa um caráter exploratório, e, essencialmente, bibliográfico e documental. Com a pesquisa foi possível concluir que o comércio Brasil e China incide em um processo de real importância para ambos os países, e, ligado a este sistema, verificam vantagens e desvantagens neste estabelecimento de relação, todavia, estas trouxeram um grande desenvolvimento do comércio brasileiro em relação ao mundo, e a afirmação de uma relação bilateral entre os países pode oferecer um tratamento mais adequado e qualificado diante do segmento comercial, contudo, igualmente político ao propiciar o regozijo recíproco dos respectivos interesses nacionais.

Palavras-chave: Brasil. China. Comércio.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Balança Comercial com a China - 1997-2007 em US\$ bilhões.	35
Figura 2 - Saldo comercial do Brasil com a China entre os anos de 1997 a 2007.	36
Figura 3 – Valor por quilo (KG) exportado entre Brasil e China.	37
Figura 4 - Saldo Comercial do Brasil com a China, os Demais Parceiros e o Mundo para Soja em Grãos entre os anos de 1998 e 2006.	49
Figura 5 - Saldo Comercial do Brasil com a China, os Demais Parceiros e o Mundo para Óleo de Soja entre os anos de 1998 e 2006.	50
Figura 6 - Saldo Comercial do Brasil com a China em Minérios, Ferro e Aço entre os anos de 1998 a 2006.	52
Figura 7 – Exportação do Brasil para a China por meio de fator agregado no ano de 2007.	53
Figura 8 – Importação do Brasil para a China por meio de fator agregado no ano de 2007.	54
Figura 9 – Principais empresas que exportam para a China.	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução das exportações, importações e corrente de comércio da China	26
Tabela 2 - PIB da China	30
Tabela 3 - PIB do Brasil	31
Tabela 4 - Participação da China em cada segmento na composição do PIB (valores em percentuais).....	32
Tabela 5 - Participação do Brasil em cada segmento na composição do PIB (valores em percentuais).....	32
Tabela 6 - Troca comercial estabelecida entre Brasil e China.	40
Tabela 7 - Valores relativos às exportações do Brasil para a China, apresentando os produtos de maior notoriedade.....	41
Tabela 8 - Importações realizadas no Brasil da China de produtos denotados como principais.	42
Tabela 9 - Importação do Brasil da China por meio de categorias de uso.	55

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ASCENSÃO DA CHINA.....	09
2.1 Fundamentações históricas da trajetória da China em prol do desenvolvimento econômico.....	10
2.2 Percepção geral da ascensão chinesa.....	21
3 RELAÇÃO BILATERAL ESTABELECIDADA ENTRE BRASIL E CHINA.....	29
3.1 Considerações iniciais acerca de Brasil e China.....	29
3.2 Análises sobre os produtos chineses e sua relação comercial com o Brasil.....	32
3.3 Conjetura acerca da relação entre Brasil e China.....	38
4 O COMERCIO ENTRE BRASIL E CHINA.....	45
4.1 O comércio Brasil e China.....	46
4.2 Identificando os produtos de relação entre Brasil e China.....	55
4.3 Principais organizações empresariais no comercio Brasil e China.....	61
4.4 Conjeturas acerca do futuro para a relação comercial entre Brasil e China: considerações sobre os potenciais bens e serviços a serem exportados.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

Discorre-se que a China, em dias atuais, vem sendo demonstrada como uma potência emergente em termos econômicos, dentro de uma conjuntura mundial, e, neste sentido, passa a ser vista por meio de uma nova fase histórica, realçada através de uma pacífica ascensão do país, que está designada de modo a oferecer maiores vantagens em sua região, bem como às relações que são estabelecidas com o exterior.

Inicialmente, há de se considerar que a China possui fundamentos históricos de extrema relevância para o mundo, visto que, em termos culturais, é considerada a nação mais antiga do mundo.

Observa-se, neste sentido que o processo de ascensão chinesa como uma potência econômica de tamanha importância para o mundo atualmente vem sendo enfatizado com um dos maiores acontecimentos do século XXI.

No que se refere ao Brasil, salienta-se que esta ocorrência vem sendo concebida por meio de um real impacto ocorrido no âmbito das relações comerciais que foram estabelecidas entre Brasil e China, sendo esta, expandida em proporções cada vez maiores desde o início deste século. Diante deste reordenamento da linha econômica mundial no Brasil, a China partindo para o reconhecimento de diferentes políticas e atividades, acabou por se transformar no maior parceiro comercial do Brasil. O comércio entre estes dois países pode ser basicamente visualizado de acordo com o posto que a China, no ano de 2009, passou a ocupar, com a de maior parceira comercial do Brasil.

Assim sendo, pode-se observar que Brasil e China se interagem, pois vivenciam um acontecimento histórico semelhante, caracterizados, a partir de suas economias em processo de constante desenvolvimento que são marcadas por extensos territórios e contingentes de população, e, paralelamente, além do fato de serem observadas a ocorrência de grandes desigualdades sociais, e, logo vislumbram-se índices de pobreza significativos, tanto no Brasil quanto na China.

Todavia, há de se salientar-se que as relações comerciais entre Brasil e China acarretaram num importante desenvolvimento do comércio brasileiro diante do

mundo, com índices crescentes de exportação em direção ao país chinês, e, em par de igualdade, apresentam percentuais de importação cada vez maiores.

Diante desta perspectiva, este estudo acadêmico tem como objetivo delinear análises a respeito do comércio entre Brasil e China, enfocando suas bases principais, concepções e relevância atual, dispondo de preceitos voltados para os principais elementos que embasam a temática, de maneira que se compreenda a fundamentalidade do assunto em questão diante da realidade atual.

Igualmente, as fundamentações desta pesquisa acadêmica serão pautadas por meio de revisão bibliográfica, a partir de um procedimento metodológico que consiste, primeiramente, de caráter quantitativo e qualitativo, procurando analisar informações referentes à temática, bem como informações alusivas à contextualização para a fundamentação do trabalho acadêmico. Acrescenta-se à pesquisa um caráter exploratório e, essencialmente bibliográfico e documental, com o objetivo de introduzir subsídios e fundamentações a partir de materiais já elaborados, permitindo assim maior ênfase ao tema abordado.

Para tal, no capítulo I objetiva-se possui o desígnio de delinear subsídios históricos no que diz respeito á ascensão chinesa, com seus princípios e baldrames que singularizam este processo com sua importância em âmbito mundial, inserindo, assim, entendimentos a propósito das bases que instituíram o início da relação comercial sino-brasileira.

No capítulo II, pretende-se discorrer acerca da relação bilateral entre Brasil e China, avaliando conceitos, significados e conjeturas a respeito dos produtos provenientes da China e a relação destes com o Brasil, que estão relacionadas ao fatores de exportação e importação.

Por fim, no capítulo III propõe-se a analisar o comércio entre Brasil e China propriamente dito, ponderando-se sobre esta intrínseca relação, identificando produtos, as principais empresas e perspectivas futuras a propósito da manutenção desta relação, explicitando, por fim, sobre os potenciais bens e serviços brasileiros que poderão integrar o quadro de exportação ao mercado chinês, justificando, deste modo, a temática trabalhada.

2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ASCENSÃO CHINESA

Nos últimos anos, a China vem se mostrando como uma grande potência econômica, saindo até de pouco tempo atrás da condição de um país vassalo para um grande produtor industrial. Neste contexto, Sebben (2011) avalia o processo de ascensão da China como uma potência econômica de relevância mundial que tem se demonstrado com um dos acontecimentos de maior importância do século XXI. Já no que tange ao Brasil, este fato vem apresentando um impacto dentro das relações comerciais que foram estabelecidas entre os países em questão, onde esta cresceu em proporções expressivas desde o princípio deste século (BARBOSA; MENDES, 2008).

Esta situação pode ser vista concretamente a partir do que a China, no ano de 2009, ocupar a posição de parceira principal do Brasil em termos comerciais (BARBOSA; MENDES, 2008).

Conforme Sebben (2011), Brasil e China consistem em países que, em dias atuais, presenciam um estado de cunho histórico análogo, distinguindo-se como economias em potencial processo de desenvolvimento que são assinaladas por extensos territórios e contingentes populacionais, diante de grandes dificuldades, dentre elas, a desigualdade social, a pobreza que abarca percentuais relevantes da população de ambos os países.

Observa-se que as relações comerciais estabelecidas entre o Brasil e a China trouxeram um desenvolvimento supino ao crescimento do comércio brasileiro em relação ao mundo, com exportações para China ascendendo-se a um índice de 2% da totalidade de exportações do Brasil, passando em 2000 de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões em 2010. Nas importações realizadas da China pelo Brasil, avalia-se que as mesmas aumentaram em 2000 de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 25,6 bilhões em 2010, onde a primeira cifra representava 2% do total e a segunda 14% do total. (MDIC)

É, diante desses dados, que no Brasil pondera estes percentuais tornando-os resultados positivos de crescimento que transcorrem em um período de seis anos.

Todavia, há de se salientar que o estabelecimento desta justaposição entre Brasil e China, pode vir a acarretar preocupações ao Brasil, uma vez que, concomitantemente, há grande demanda chinesa, que acaba por beneficiar o processo de exportações de produtos, diante dos quais o Brasil apresenta vantagens de ordem competitiva. Acredita-se que a inserção dos produtos de origem chinesa no Brasil pode vir a gerar grandes problemas em períodos de médio a longo prazo, podendo provocar a falência de indústrias dos segmentos que não são capazes de competir em pé de igualdade com os produtos chineses. (BARBOSA; MENDES, 2008). Acresce-se, aí a ocorrência de uma falta de estabilização no que diz respeito á origem qualitativa do volume de exportações apresentado por estes países.

Segundo Sebben (2011) as exportações efetivadas pelo Brasil em direção à China compreendem, na maior parte, de produtos de matérias-primas e semimanufaturados, que, em termos simplificados, versam em produtos que apresentam um pequeno valor agregado. Em contrapartida, menciona-se que as exportações realizadas na China para o Brasil são na maioria por produtos manufaturados.

Em síntese, diante do exposto este capítulo possui como escopo discorrer a propósito da trajetória da China em prol de sua ascensão econômica, analisando preceitos históricos, concepções e baldrames que caracterizem este processo e sua relevância em âmbito mundial, com o intento de introduzir compreensões acerca das bases que estruturaram o princípio das relações comerciais entre Brasil e China.

2.1 Fundamentações históricas da trajetória da China em prol do desenvolvimento

A China é uns dos países mais antigo do mundo, cujos registros apontam para uma civilização de mais ou menos 7000 anos a. C. Sua historia está dividida em quatro principais eras: a Antiga, as Imperiais, a Nacionalista e a Comunista. As dinastias estão muito presentes em sua formação inicial, somando-se dez dinastias, nas quais o trono era transmitido de pai para filho. Ainda assim, o processo de conglobação somente ocorreu no ano de 960, em razão dos constantes conflitos

que ocorriam entre aqueles que se candidatavam à posição de imperador (SULEIMAN, 2008).

Tusco (2010, p.25) menciona que “os períodos regidos por governos centralizados alternaram-se com períodos de anarquia, à medida que dinastias fortes tomavam o poder, disputando o controle da terra e do povo, e, entretanto eram destruídas pela discórdia interna ou pela invasão externa.”

Acresce-se que a primeira dinastia chinesa pode ser visualizada no período de 2.200 a.C., a partir da família conhecida como Xia, que habitavam em um reino que localizado no centro, na parte norte, na região do vale do rio Amarelo. (SULEIMAN, 2008). A autora relata ainda que neste período a economia da China era apoiada na agricultura de subsistência. Contudo, já se podia observar o que se tornaria um próspero segmento, ou seja, o início de indústrias e comércios, sobretudo, o marítimo.

Discorre-se que, igualmente, os chineses sobressaíram-se em razão de suas criações e invenções, de um modo geral, como o ferro, a pólvora, bússola e a seda (SULEIMAN, 2008).

Cabe mencionar, que, segundo Tusco (2010), ao se abordar questões inerentes à China, indubitavelmente, torna-se necessário e fundamental conhecer a história sobre a Muralha da China, construção esta realizada no ano de 221 a.C., com o objetivo de evitar os progressos dos povos de origem nômade.

A China, dentro de seus sistemas, nunca apresentou anseio em ampliar seu território, e, contrariamente, seu objetivo consistiu em reguardar seus limites de possíveis invasões bárbaras, o que, acaba por explicar a edificação da Grande Muralha (SULEIMAN, 2008).

Deste modo, os povos chineses conseguiram alcançar a posição de nação mais rica em dimensão mundial, bem como a nação de maior população e de produção do século XIII, o que transformaria este país que se encontrava à frente dos povos da Europa, todavia, embora tenha sido uma nação maiormente superior, a China atravessou por grandes ataques por parte de nações vizinhas, como os povos os mongóis, japoneses e até mesmo os portugueses (RIBEIRO, 2008).

A China atingiu e definiu as fronteiras que manteria quase continuamente. Autossuficiente e autocontida, a nação imperial fez algumas incursões esporádicas fora das muralhas que construía para defender seu território,

mas canalizou a maior parte de sua energia internamente, cultivando uma estabilidade e uniformidade de cultura, economia e estrutura social sem paralelo entre os impérios antigos. A grande maioria dos países orientais, principalmente a China, através de seus Estados, não incorporavam os interesses capitalistas. Havia sim capitalistas na China, porém eles não conseguiram transformar seus interesses em interesses nacionais. Na China havia Imperador, e ele se preocupava muito em manter o território chinês, que não se modifica a muitos e muitos anos. Até em consequência disso a China nunca foi um país expansionista, apenas se expandiu em territórios próximos ao seu, mas para garantir a paz e a segurança nacional, nunca em busca de lucros (IMPERIOS... 1990, p. 139).

O mercado chinês consistia em um organismo pertencente ao governo do Estado da China, de maneira distinta aos povos da Europa, os chineses constantemente procuravam a inclusão de desenvolvimento do mercado interno, que era embasado na agricultura, remanejamento e recuperação de territórios, na permuta com os países pertencentes às regiões circunvizinhas (SULEIMAN, 2008).

A dinastia Qing, última a governar o país chinês, procurou incessantemente controlar o comércio exterior. Contudo, começou a tolerar com as constantes pressões daquelas regiões denotadas como potências ocidentais que se encontravam em processo de expansão (RIBEIRO, 2008).

No ano de aproximadamente, 1830, teve início no país a comercialização de ópio, além da superação das exportações sobre as importações, o que proporcionou uma intensa saída de prata, esta que incidia na moeda usada no país naquele período, o que ocasionou desfalques nas finanças estatais (RIBEIRO, 2008).

Na visão dos considerados ambiciosos mercadores presentes na Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e França, “o tráfico do ópio era um mercado inesgotável. Depois de aliciado, jamais se perdia o freguês. O vício do ópio, segundo um relatório chinês, espalhou-se desde a pequena nobreza até artesãos, mulheres e, mesmo os monges budistas e taoistas (CHINA apud TUSCO, 2010, p.26)”

Os ingleses almejavam sistematicamente garantir o mercado da China, e, deste modo, procuravam determinar um acordo de ordem diplomática com os chineses, mas estes se recusavam a realizá-los, visto que se encontravam em uma posição de inferioridade no que tange as suas finanças, bem como no grande vício em que jazia sua população (SULEIMAN, 2008).

No entanto, entre os anos de 1839 e 1842, observa-se o início de uma guerra entre chineses e britânicos em decorrência do intenso comércio de ópio, com a

vitória dos ingleses sobre os chineses. Assim, a China entregou Hong Kong e igualmente foi obrigada a abrir cinco portos livres, nos quais estrangeiros estariam liberados a praticar o comércio sem que houvesse limitações da China (SULEIMAN, 2008).

A crise entre os países elevou-se e, com a ocorrência de um imprevisto com marinheiros da Inglaterra a Guerra do Ópio estourou efetivamente, tendo sido considerado um embate díspar, em que os chineses se encontravam em desvantagem para o combate, não possuíam interesse em confronto, visto que apenas almejavam o fim do tráfico de ópio (TUSCO, 2010). Porém, os ingleses invadiram diferentes cidades chinesas, ocupando seus territórios, e, no momento em que pretendiam subir o rio Yangtze, em direção a Nanquim, a China entrou com um pedido para que houvesse o fim do intenso combate (RIBEIRO, 2008).

Assim sendo, com a perda na Guerra do Ópio, observa-se uma atenuação do poder imperial da dinastia Qing, além de inúmeras e constantes subversões de caráter interno. Salienta-se aí o despreparo do exército para combater as rebeliões que se formaram na região, apresentando como implicação o óbito de milhares de chineses, tanto em razão destes tumultos, quanto em consequência da fome.

Neste sentido, Tusco (2010) assevera que no fim do século XIX, os chineses já se encontravam em uma posição de domínio pelas potências da Europa, as quais no transcorrer deste período permaneciam com uma postura mais desenvolvida que a China, fundamentadas em políticas que primavam pelo expansionismo, e que, além disso, detinham de maior tecnologia é conseqüentemente, a riqueza e habilidade para organização. “A China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo, pelo contrário, ela se tornou um membro subordinado e cada vez mais periférico do sistema capitalista global (ARRIGHI apud TUSCO, 2010, p.27)”.

Neste ínterim, acredita-se que a circunstância em questão acabou por beneficiar a ascensão da China ao nacionalismo, e, deste modo, nos primeiros anos relativos ao século XX, ordenou-se na China o seu primeiro partido político, chamado de Partido Nacional do Povo (Kuomintang), com o objetivo de eliminar estrangeiros e determinar a instauração de uma República (RIBEIRO, 2008). O Partido Nacional do Povo conseguiu derrocar a dinastia Qing, e, ainda, inseriu seu

residente como líder. No entanto, em um curto período, menos de um ano, o presidente do partido foi deposto, assumindo em seu lugar um militar.

Neste período não havia maneiras concretas de se dominar o país. Na maioria das vezes os segmentos de território eram norteados por senhores de guerra da região, que se preocupavam somente na arrecadação de impostos. Dentro desta fundamentação que o marxismo angariou esforços entre os membros intelectuais da China, e, no ano de 1921 ordenou-se a denominado Partido Comunista Chinês (PCC), este associou-se ao Partido Nacional do Povo de modo a combater contra os senhores de guerra.

Sinteticamente, Tusco (2010) pondera que a dinastia Qing chegaria ao seu fim no ano de 1912, cedendo sua posição à primeira república da China.

Discorre-se, neste sentido que o governo chinês que ocupou a república consistia em um médico que durante um longo período combateu as forças locais com o intuito de transformar a China em um país democrático. Porém, durante o transcorrer de 37 anos que se seguiram, nenhum grupo chinês foi capaz de controlar o país, onde os senhores de guerra locais dominavam setores do território por meio de impostos (BARBOSA; MENDES, 2008).

Em 1927 morreu o líder do Kuomintang, Sun Yat Sin, e seu sucessor traiu o PCC e causou uma intensa batalha entre os nacionalistas e os comunistas. Contudo, nesse mesmo período, o Japão passou a atacar a China, fazendo com que os partidos se unissem novamente em prol da defesa da nação. Em 1921 foi criado o Partido Comunista Chinês, mas em seguida, consolida-se o Partido Nacionalista (Kuomintang), chefiado pelo general Kai-chek. Em 1927, os nacionalistas tomam Pequim e, em 1934 após furarem o cerco sofrido no sul, os comunistas, chefiados por Mao Tse-Tung, empreendem a Grande Marcha em direção ao norte. Paralelamente, após invadirem a Mandchúria, os japoneses, em 1937, tomam Xangai e Nanquim. Somente após a vitória sobre os japoneses, enfraquecidos pela Segunda Guerra Mundial, em 1945, voltaram a lutar entre si em busca da liderança da China. Após quatro anos de conflitos, em outubro de 1949, o Partido Comunista Chinês de Mao Tse-tung tomou o poder do país, com o apoio soviético, anunciando a fundação da República Popular da China (RPC). (TUSCO 2010, p. 28)

O autor avalia que apenas com a derrota dos japoneses, que foram amortizados no ano de 1945, através da Segunda Guerra Mundial¹, é que os

¹ A Segunda Guerra Mundial ou II Guerra Mundial foi um conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo – incluindo todas as grandes potências – organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo. Foi a guerra mais abrangente da história, com mais de 100 milhões de militares mobilizados. Em estado de "guerra total", os

chineses novamente combateram entre si em prol da liderança no país. Com o decorrer de quatro anos de combates, no ano de 1949, foi assumido o poder na China pelo Partido Comunista Chinês de Mao Tse-tung, apoiado pela União Soviética, promulgando a constituição da República Popular da China (RPC).

Os americanos, por meio da conquista alcançada na Segunda Guerra Mundial em 1945, saíram fortalecidos do conflito, e, assim, inseria em âmbito mundial o modo de se viver dos americanos, inserindo-se numa cultura de cunho capitalista em distintos países (SULEIMAN, 2008).

Menciona-se, igualmente, que na China, a partir da vitória de Mao e as pessoas que o acompanhavam, os Estados Unidos não alcançaram seu objetivo, e, logo, os chineses assumiram uma postura leninista de Estado, incitando a aplicação de um novo modelo socialista (TUSCO, 2010). Em razão da categórica derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, “os exércitos soviéticos ocupam a Mandchúria, enquanto a luta interna entre nacionalistas e comunistas prosseguia com força total. Por fim, em 1949, as forças comunistas triunfam em toda a China (GALVÊAS apud TUSCO, 2010, p.29)”.

No ápice da ocorrência da Guerra Fria, com o intuito de mensurar a influência comunista, os Estados Unidos agiram de forma a isolar a China do comércio mundial, a partir de inserções constantes de embargos econômicos, promovendo, assim, apoio ao partido rival de Mao-Tse Tung em conflitos que realizados em favor da libertação de Taiwan.

Acredita-se, dentro da ótica de Tusco (2010) que os comunistas apresentavam interesse em estabilizar um novo regime político, abreviando os sistemas voltados á coletivização e, sobretudo, determinando um novo percurso para o desenvolvimento econômico, provocando a inclusão da nacionalização de indústrias carregadas.

Na percepção de Mao Tsé-Tung, a China tinha a necessidade de se inserir em um processo de modernização, com adaptações em acordo a sua realidade,

principais envolvidos dedicaram toda a sua capacidade econômica, industrial e científica a serviço dos esforços de guerra, deixando de lado a distinção entre recursos civis e militares. Marcado por um número significativo de ataques contra civis, incluindo o Holocausto e a única vez em que armas nucleares foram utilizadas em combate, foi o conflito mais letal da história da humanidade, com mais de setenta milhões de mortos. Informações obtidas por meio do endereço < <http://historiauniversal.forumeiros.com/t54-segunda-guerra-mundial> >.

procurando o melhor da ciência e tecnologia do ocidente, procurando um controle intrusivo do Partido acerca do cotidiano da população da China, excluindo capitalistas e proprietários de terras chineses, e removendo o país dos mercados do mundo (RIBEIRO, 2008).

A China, neste contexto, encontrava-se em uma situação de grande subdesenvolvimento e pobreza, e, neste sentido, “dadas as condições em que se encontrava a economia chinesa, o aumento da produção e da produtividade agrícola eram metas estratégicas para os novos líderes chineses, além da necessidade de uma política de aceleração da industrialização do país (MEDEIROS apud TUSCO, 2010, p.29)”. Nas palavras do autor:

Entre 1950 e 1956, Mao e seu partido, nacionalizaram a economia e sanearam as finanças nacionais. Através da força, brutalmente aplicada, fizeram a reforma agrária, destruindo, no processo, a pequena nobreza rural, os proprietários ricos que, por séculos, tiranizaram os camponeses sem terra. O PCC criou comunas agrícolas que impulsionaram muito a produção no campo, melhorando a estabilidade social no interior da China. Simultaneamente em que colocava em prática a reforma agrária, a população nas cidades crescia rapidamente, indicando que a China necessitava se modernizar, em busca de novas alternativas de desenvolvimento. Então em 1958, o PCC lançou o projeto do Grande Salto para Frente. A ideia de Mao e de seus seguidores era de conseguir a auto-subsistência, sendo que cada província, organizada em “comunas” deveria produzir não apenas alimentos, mas também bens necessários para o desenvolvimento, como bens de capital. E a medida tomada foi de investir massivamente em indústrias de aço e infraestrutura, como barragens, estradas, canais de irrigação que proporcionavam melhores condições tanto para a área urbana quanto para a área agrícola (TUSCO 2010, p. 29).

Neste sentido, o autor discorre que o escopo consistia em ordenar uniões de caráter independente e coligado, cominando a cada comunidade um cunho autárquico, onde, de um lado, observava-se uma produção agrícola que foi instituída nas indústrias locais de maneira a abastecer a população, a partir de produtos de emprego corrente, e, por outro lado, pelo uso de instrumentos de defesa militar. Salienta-se que cada indivíduo chinês precisaria ser camponês, soldado e operário.

O desenvolvimento da China, entre as décadas de 1960 e 1970 não ocorreu apenas em função da escassez de dinamismo, mas também em razão da presença de intensos desequilíbrios setoriais, como ocorria com a agricultura, que eram ocasionados especialmente em face das ações do “grande salto a frente”, ideia alvitrada por Mao no fim da década de 1950 (SULEIMAN, 2008).

No decorrer do ano de 1967 observava-se que a política de Mao já se encontrava com marcas que conduziam a uma debilidade de seu poder, porém, a Revolução Cultural da China prosseguiu até 1976, ano marcado pelo morte de Mao, período em que ainda ocorriam constantes conflitos e divergências dentro do PCC uma vez que inúmeras pessoas almejavam a posição ocupada por Mao.

Tusco (2010, p.30) pondera que “em 1977, Deng Xiaoping ascendeu ao poder, após vencer inúmeras disputas entre facções conservadoras e liberais. Deng adotou medidas que antes pareciam impossíveis, colocando em prática uma política gradual de reformas e abrindo a economia chinesa em fases.”

Após a morte de Mao associado ao apoio entre os componentes da província do leste, Deng Xiaoping retorna ao poder no ano de 1977. Com isso, incitam-se concorrências com Hua Guofeng no que concerne ao percurso mais adequado para o desenvolvimento efetivo chinês. Enquanto, Hua Guofeng ainda permanecesse arraigado às antigas percepções chinesas, Deng Xiaoping procurava disseminar suas concepções, atuando em prol da modernização e abertura econômica da China (SEBBEN, 2011). No momento em que Deng Xiaoping entra no poder chinês seu intento inicial consistia em modernizar a China, fazendo com que a mesma, por meio de ações de caráter econômico, transformasse em uma potência econômica até a metade do século XXI (SEBBEN, 2011).

Na realização do Terceiro Plenário do Congresso efetivado pelo Partido Comunista Chinês (PCC), aprovaram-se as primeiras inclusões de programas voltados a reformas importantes para se obter o desenvolvimento (BARBOSA; MENDES, 2008).

O programa em questão apresentava como finalidade inserir na prática quatro tipos de modernizações: a agricultura, a defesa nacional, a indústria e a ciência e tecnologia, bem como a ordenação das Zonas Econômicas Especiais, acendendo um segmento do território chinês em prol do investimento de capital estrangeiro. Acredita-se que este processo de abertura econômica compreendia como extremamente contrária em razão de inúmeros componentes influentes, que ainda dispunham de ideias marxistas (TUSCO, 2010).

“Mesmo com tantos opositores e com bastante dificuldade, Deng Xiaoping conseguiu com o tempo aplicar suas medidas fundamentais para a mudança de

postura que possibilitou a grande ascensão econômica da China nas décadas seguintes (TUSCO, 2010, p.31)”.

A reforma na agricultura chinesa consistiu em um fundamento importante para o aumento de produtividade no país, que passava por intensos problemas relacionados à fome e à pobreza, visto que a China é um país de grande população e, logo, com problemas de controle de natalidade, e na maioria das vezes, o solo era pouco cultivado (SEBBEN, 2011).

Assim sendo, a reforma na agricultura abarcou um aumento de índices de produtividade, tanto em relação ao solo, quanto no que concerne aos trabalhadores rurais, tendo sido realizados investimentos em equipamentos dotados de maior tecnologia, e com o emprego de novos procedimentos de cultivo, reorganizando o modo como o trabalhador deveria trabalhar (TUSCO, 2010).

Discorre-se que ao se desenvolver de modo mais apropriado a agricultura da China, o Estado possuía como finalidade eliminar os direitos de propriedades como singularidades basais presentes em uma sociedade de classes. Conseqüentemente, as comunas agrícolas chinesas instituídas por Mao foram definitivamente excluídas, sendo realizada uma distribuição de terras às famílias residentes em zonas rurais (SULEIMAN, 2008).

Outro elemento importante para o sistema de reforma da agricultura da China consistiu no reajustamento de preços pois, antes de efetivar a reforma, os agricultores tinham a obrigação de comercializar sua produção diretamente para o Estado, que fazia pequenos pagamentos em troca dos produtos. No entanto, após esta reforma os agricultores tornavam-se obrigados a vender apenas parte de sua produção para o Estado, recebendo, deste modo, maior liberdade de comercialização de seus produtos em conformidade com as leis de oferta e demanda (SULEIMAN, 2008).

Igualmente, com esta situação, o Estado passou a valorizar em um maior grau as cotas que comprava dos agricultores, passando a pagar um valor mais significativo pelos produtos, além de provocar a comercialização de excedentes dos camponeses por meio da abertura de feiras e mercados rurais criados especificamente para a comercialização entre agricultores (BARBOSA; MENDES, 2008).

A reforma mencionada por Tusco (2010) como de maior importância para a China foi inserida entre os anos de 1978 e 1983, a partir da implementação do Sistema de Responsabilidade Familiar, o qual afastou das comunas a responsabilidade por decisões e do domínio dos excedentes agrícolas, remetendo-os novamente às famílias chinesas. “Além disso, os preços dos produtos agrícolas foram elevados substancialmente. Como consequência, a produtividade e o lucro da atividade rural aumentaram de forma extraordinária, fortalecendo a tendência das empresas de comunas e de brigadas a produzir mercadorias não agrícolas (ARRIGHI apud TUSCO, 2010, p.32)”.

Estas transformações acarretaram em resultados expressivamente positivos, porque, de certa forma, promoveu impactos no crescimento do consumo das famílias rurais, além de colaborar para a produção agrícola o que, igualmente, refletiu no crescimento da produção industrial (SULEIMAN, 2008).

Tusco (2010) afirma que o Estado chinês introduziu outra reforma nos segmentos industriais por meio da transposição de responsabilidades das organizações empresariais em suas atividades e em seus fatores de lucratividade. Em um momento anterior a esta modificação de competências, as organizações dispunham de produtos de qualidade inferior, bem como a pequena rentabilidade e produtividade. Com a transformação mencionada, observa-se que quase todas as organizações empresariais chinesas começaram a crescer no valor de sua produção, conseguindo obter maiores lucros.

Tusco (2010) relata, que neste sentido, o empenho do Estado chinês para estimular a instalação de indústrias de campo, que proporcionou a produção de maiores empregos para a população agrícola chinesa.

Esta conjectura impediu que fosse realizada uma alta migração em direção às cidades, colaborando para que inúmeras pessoas tivessem a oportunidade, além de obter suas terras, de produzirem nelas, também tivessem a chance de trabalhar durante outros períodos em fábricas estabelecidas no local (SULEIMAN, 2008).

Destarte, Tusco (2010) pondera que:

O crescimento do excedente agrícola viabilizou e foi viabilizado por uma ampla expansão de empresas rurais, de vila e pequenas cidades (EVC). A produção destas empresas – em sua grande maioria pertencentes aos governos municipais – inclui equipamentos elétricos, produtos têxteis, implementos agrícolas, equipamentos domésticos voltados essencialmente

ao mercado interno. O Estado chinês também facilitou os financiamentos para os investimentos, estimulando a criação de empresas privadas para gerar concorrências com as estatais, mesmo que os recursos não foram usados da melhor maneira possível. O investimento maciço em educação possibilitou que a gigantesca população chinesa se preparasse para o mercado de trabalho, diminuindo o índice de analfabetismo, melhorando a educação básica além de melhorar a formação superior. No longo prazo, essa qualificação do povo chinês, incentivada pelo Estado contribuiu para a substituição de máquinas e equipamentos para uma mão de obra preparada e barata, dando assim excelentes condições para as indústrias produzirem mercadorias de qualidade com custos baratos, sendo competitivas com qualquer indústria no mundo. As políticas governamentais no campo da educação dotaram a China de um reservatório de recursos humanos que, ao lado de enorme oferta de operários alfabetizados e industriais, inclui um suprimento de engenheiros, cientistas e técnicos em expansão. Essa oferta em expansão de trabalhadores do conhecimento facilita não só a substituição de máquinas e de administradores caros por mão de obra barata e instruída, como também, o aprimoramento da divisão social do trabalho para a produção e inovações com o uso intensivo de conhecimentos (ARRIGHI apud TUSCO, 2010, p.33).

Outro elemento essencial na reforma ocorrida na China diz respeito à abertura da economia da China a outros países isso fez com que organizações empresariais estrangeiras possuíssem maior acesso no mercado chinês, tendo como objetivo a modernização do sistema de produção chinês (SULEIMAN, 2008).

A abertura na qual Tusco (2010) menciona aconteceu na esfera do comércio de importação e exportação chinês por meio da concepção das Zonas Econômicas Especiais de forma a granjear investidores estrangeiros, os quais em contrapartida, inseriam na China tecnologias e procedimentos modernos à de administração, com o intento de ordenar um caminho de exportações produtor de divisas, impulsionados por vendas realizadas sem a cobrança de impostos, com menores taxas, infraestrutura adequada, aplicação de legislação trabalhista, salarial cabível. Os chineses procuravam um maior acesso à tecnologia estrangeira, uma vez que se encontravam em uma posição de atraso científico, logo, tecnológico, e, deste modo, além de promover investimentos diretos externos, com a finalidade de crescer nas exportações da China e incluir o país no comércio mundial (SEBEN, 2011).

Destarte, diante dos conteúdos expostos, coloca-se como relevante à fundamentação, discorrer a respeito de uma percepção geral da ascensão econômica da China, analisando suas bases e conjeturas basilares.

2.2 Percepção geral da ascensão chinesa

Embora tenham ocorrido todas as mudanças apontadas na economia e na política chinesa, esta não acompanhou este compasso, porque embora tenha apresentado grande êxito em suas reformas, Deng Xiaoping ainda possuía inúmeros membros pertencentes à oposição na política, e que, de tal modo, indagavam constantemente as transformações que aconteciam (SEBBEN, 2011).

O Estado chinês passava por uma situação de excessos funcionários, com extrema burocracia em distintos segmentos, e, ainda assim, as concepções de ordem capitalista ocidental acoassavam Deng Xiaoping, visto que, após a abertura do comércio, tornava-se forçoso que os sistemas de tecnologia e finanças do Ocidente dimanassem os conceitos de democracia do Ocidente (RIBEIRO, 2008).

Tusco (2010) analisa que Deng Xiaoping investigou a estrutura política que não conseguia se adequar à realidade da economia da China, por isso o processo de reestruturação política precisava ser compreendido como integrante de uma reforma, o que denotava que o governo deveria apresentar uma eficácia aerodinâmica, dando poder às camadas inferiores e expandindo a abrangência da democracia socialista. As desavenças internas provocadas pela oposição de Deng Xiaoping, obrigaram caminhos para denegirem a imagem de Deng diante da população chinesa impetrando potenciais resultados. O primeiro efeito visualizado incide no movimento estudantil ocorrido no ano de 1986, época em que os quais estudantes da China pediam pela inserção efetiva da democracia no país, visto que se encontravam demasiadamente cansados de conviver com um Estado extremamente conservador, que determinava todas as reformas nas quais o povo deveria passar. Este tipo de movimento de cunho estudantil não obteve muita pujança quando cotejado com o imprevisto acontecido na Praça de Tiananmen no ano de 1989, ordenado, igualmente por sua grande parte por estudantes da China (RIBEIRO, 2008).

Este incidente ocorreu em razão de distintos motivos, como o aumento da inflação que alcançou índices semelhantes ao ano de 1950, no momento em que a China consignava apontadores muito pequenos no que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como a morte de Hu Yaobang.

O movimento colaborou no acometimento de um dano na veemência do método de liberalização da economia, que se estagnou no país, em face de os intelectuais pertencentes à esquerda.

Neste sentido, após o conflito de Tiananmen, pode-se observar uma diminuição no crescimento econômico focado na ação de inflação e na procura pela educação socialista (BARBOSA; MENDES, 2008).

Tusco (2010) menciona que:

A política de investimento e industrial da China passou a ter mais credibilidade com os empresários e investidores estrangeiros. Inúmeros investimentos em infraestrutura foram realizados com o objetivo de capacitar a economia para atrair os investidores internacionais, além do aprimoramento nas leis econômicas chinesas que propiciaram um melhor relacionamento com esses investidores. Desde a abertura externa através das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) a China passou a atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Porém foi na década de 1990 que esses investimentos aumentaram intensamente proporcionando o crescimento e o desenvolvimento do país de diversas formas (TUSCO, 2010, p.38).

Segundo o autor, os impactos fundamentais da IDE consistiram no crescimento da produtividade dos elementos ligados à produção, os resultados positivos acerca das organizações empresariais chinesas, a instituição de empregos, a colaboração para a formação de capital, e, sobretudo, o crescimento de um segmento exportador competitivo.

A inclusão de uma política cambial estratégica cooperou de forma indubitável no processo de promoção do crescimento do Investimento Direto Estrangeiro, onde o governo determinou completa conversibilidade para movimentos correntes, associando o mercado de câmbio, suprimindo o mercado dual (SEBBEN, 2011).

Segundo Tusco (2010)

Dessa forma adotaram um regime de bandas cambiais, com o renmimbi² podendo flutuar em um intervalo desejado pelas autoridades econômicas. Essa política cambial proporcionou um efeito imediato sobre as contas externas do país, tornando o saldo positivo nas transações correntes (TUSCO, 2010, p.38).

² O yuan renmimbi é a moeda oficial da China e tem por símbolo ¥ e por código CNY. É divisível 100 fen ou em 10 jiao. O yuan renmimbi é emitido pelo Banco do Povo da China. "Renmimbi" significa "moeda do povo", enquanto "yuan" significa "redondo". Informações obtidas por meio do endereço eletrônico que se encontra disponível em < [http://www.infopedia.pt/\\$yuan-renmimbi](http://www.infopedia.pt/$yuan-renmimbi) >.

No que se refere ao Investimento Direto Estrangeiro, foi o que colaborou substancialmente para o processo de crescimento da economia da China, tornando-se essencial para a inclusão do desenvolvimento no segmento de exportação competitiva (BARBOSA; MENDES, 2008).

Isso, carretou em alguns resultados de ordem negativa, visto que proporcionou a ocorrência de desigualdades regionais (RIBEIRO, 2008).

Paralelamente, Sebben (2011) analisa que a partir do ano de 2001, a China obteve o benefício de participar da Organização Mundial do Comércio (OMC³), procurando, assim, ser visualizada como uma potencial economia de mercado. Deste modo, compreende-se que este tipo de consideração acresceu na credibilidade chinesa e apresentou basilar relevância em prol do comércio exterior da China, por permanecer em processo de desenvolvimento (SEBBEN, 2011).

Em paralelo, Sebben (2011) discorre que a China, ao modificar o comércio internacional como um elemento central de sua política de crescimento, precisava inserir-se dos preceitos da OMC, que, de tal modo, suas exportações não seriam discriminadas.

Segundo os componentes do OMC, a inserção da China significa a abertura a um processo em um extenso mercado, e a segurança de que os princípios existentes poderiam dominar a invasão dos produtos de origem chinesa (BARBOSA; MENDES, 2008).

Prontamente, no século XXI a China se solidificou como uma potência da economia mundial, dispondo de altos índices de crescimento, mesmo em circunstâncias marcadas por crises em âmbito internacional (SEBBEN, 2011).

Tusco (2010, p.39) discorre que “por se tornar uma realidade, a China atraiu olhares e reações por parte dos americanos, receosos, por estarem enfrentando diversas situações adversas em contraste com a grande ascensão chinesa.”

A situação que marca as relações sino-americanas no século XXI não compreende mais no sistema de acessibilidade comercial dos Estados Unidos em

³ A Organização Mundial do Comércio (OMC) é o foro multilateral responsável pela regulamentação do comércio internacional. Seus diversos órgãos se reúnem regularmente para monitorar a implementação dos acordos em vigor, bem como a execução da política comercial dos países membros, negociar o acesso de novos participantes e acompanhar as atividades relacionadas com o processo de solução de controvérsia. Informações obtidas em < <http://www.agricultura.gov.br/internacional/organizacao-mundial-do-comercio-omc> >.

direção à China, onde o acontecimento chinês ocupou a posição, antes preenchida pelos Estados Unidos, como uma vultuosa economia que desenvolve-se em dimensão mundial, de tal forma, provocando ascensão comercial aos Estados Unidos (BARBOSA; MENDES, 2008).

Os chineses assumiram uma posição basilar voltada a um processo de ascensão pacífica, em que unifica suas ligações comerciais diante do mundo, e, além de melhorar as relações políticas determinadas entre os países asiáticos, estes denominados de Sudeste Asiático, com o propósito de solucionar assuntos de caráter histórico que foram estabelecidos entre os mesmos. A China vem se ordenando em prol de se transformar em um país de influência no mundo, inserindo-se como um importante polo para a população chinesa alcançar resultados positivos diante de seu processo de integração estabelecido entre a mesma e o Sudeste Asiático (BARBOSA; MENDES, 2008).

Assim sendo, a China passa a incidir sobre o elemento internacional de grande importância, visto que se encontra como um Estado-pivô que passa por intensas transformações (SEBBEN, 2011).

De tal modo, a China vem empregando suas habilidades comerciais, inserindo-se ao mercado como uma espécie de elemento de sucção que opera de maneira a ordenar concretas uniões internacionais. “Dentro desse processo de reordenamento no tocante ao eixo econômico mundial, diversos cientistas políticos e economistas, apontam a China como candidata a ser uma potência hegemônica no século XXI.(TUSCO, 2010, p.39)”.

Logo, salienta-se que atualmente a China se transforma de forma efetiva em uma importante potência econômica, que, indiscutivelmente precisa solucionar os problemas internos sobre os quais o país passa de maneira que se consolide em seu intento de hegemonia (BARBOSA; MENDES, 2008).

O que se percebe é que a China vivencia uma situação de grande desigualdade de renda nos setores rurais e urbanos, como ocorre entre províncias e entre distintas classes, o que demonstra que todo o processo de ascensão econômica no qual a China passou pelos períodos acabou se tornando um sistema marcado pelo desequilíbrio de igualdade entre as pessoas e classes (SEBBEN, 2011).

Tusco (2010) pondera acerca destas desigualdades:

Nas áreas urbanas, os conflitos ocorrem devido à classe operária reagir contra as demissões em massa, geralmente essas manifestações são contidas, ou eram contidas facilmente através de repressão com concessão. Porém, ultimamente grandes passeatas estão sendo feitas, formada por um novo operariado, composto por jovens migrantes, que constituem a espinha dorsal dos setores exportadores chineses. Nas áreas rurais, as principais reclamações dos camponeses antigamente eram a respeito de tributos, impostos nos dias atuais passa a ser também sobre terras férteis que poderiam ser usadas em plantações estão sendo usadas para desenvolvimento industrial, imobiliário e infraestrutural, com uma grande degradação do meio ambiente (TUSCO, 2010, p.40).

Sebben (2011) discorre que a ascensão chinesa em direção à posição de potência econômica mundial, chegou na proporção de ameaçar o sistema hegemônico dos Estados Unidos ao torna-se prontamente compreensível por meio de uma avaliação de determinadas estatísticas relativas a sua economia.

Diante das exposições realizadas no transcorrer das análises, pode-se compreender que a China vem apresentando um significativo índice de crescimento anual de seu Produto Interno Bruto (PIB⁴), alcançando uma média de 10% (dez por cento) de crescimento ao ano desde 1980. Este percentual se conservou como equilibrado mesmo diante da crise econômica ocorrida nos anos de 2008 e 2009.

Sebben (2011) avalia que o PIB *per capita* da China igualmente vem dispondo de um crescimento expressivo, com um aumento de US\$ 205,1 do ano de 1980 para US\$ 4.282,9 no ano de 2010.

Sebben (2011) acrescenta que,

A participação chinesa no mercado global de mercadorias pulou de 1% na década de 1980 para mais de 9% em 2010, ultrapassando o Japão e transformando a China na segunda maior economia do mundo – ficando atrás apenas dos Estados Unidos (SEBBEN, 2011, p.48).

No ano de 2008, Sebben (2011) menciona que a China tornou-se o país que apresenta os maiores índices de exportação, transformando-se no segundo maior importador em dimensão mundial.

⁴ O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região. Informações obtidas em < <http://www.guiadeinvestimento.com.br/definicao-de-pib-e-como-calculiar/> >.

A tabela explanada a seguir demonstra as transformações da China de posição, onde no ano 2000 esses percentuais que incidiam em 3,9% e 3,4% das exportações e importações de bens, pertenciam ao país chinês. Todavia, no ano de 2008 esta participação aumentou em 8,9% e 6,9%, o que representa praticamente o dobro de exportações e importações realizadas pela China.

Mais uma vez, a crise ocorrida internacionalmente não provocou resultados de ordem negativa na China, abreviando uma tendência de desenvolvimento no que tange à participação nos índices de exportações e importações de ordem mundial, que aumentou de 9,7% no ano de 2009 para 10,4% em 2010, ainda, de 7,9% em 2009 para 9,0% no ano de 2010, simultaneamente.

TABELA 1: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E CORRENTE DE COMERCIO NA CHINA ENTRE 1980 E 2011

	Exportação		Importação		Corrente de Comercio	
	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %
1980-89	31	1,4	35	1,6	66	1,5
1990-99	129	2,9	114	2,6	243	2,6
2000	249	3,9	225	3,4	474	3,7
2001	266	4,3	244	3,8	510	4,1
2002	326	5,1	295	4,5	621	4,8
2003	438	5,9	413	5,3	851	5,6
2004	593	6,5	561	5,9	1154	6,2
2005	762	7,3	660	6,1	1422	6,7
2006	969	8	792	6,4	1761	7,2
2007	1.220	8,8	956	6,7	2176	7,7
2008	1.420	8,9	1.132	6,9	2552	7,9
2009	1.201	9,7	1005	7,9	2206	8,8
2010	1.577		1396		2973	
2011	1.898		1743		3641	

FONTE: IPEA apud Sebben, 2011, p.48-49

As informações acima citadas analisam o intenso desempenho econômico da China dentro de um período de trinta anos. Neste sentido pode-se perceber um aumento significativo de sua relevância dentro do cenário político internacional.

Conforme discorrido em linhas anteriores, todo o processo de desenvolvimento da economia da China se centra-se na década de 1970, no

momento em que Deng Xiaoping e seu grupo econômico inseriram inúmeros processos de modernização no território chinês (RIBEIRO, 2008).

Sebben (2011) arrazoa que:

Para os países emergentes, entretanto, a ascensão da China vem sendo analisada com grande cautela. A entrada da China na OMC veio, inclusive, reforçar a percepção de que o crescimento chinês é uma ameaça às indústrias nacionais e à inserção internacional de tais países. Através da OMC, os mercados mundiais estariam abertos aos produtos chineses, que poderiam competir mais livremente com os produtos nacionais dos países em desenvolvimento. A habilidade da China de competir nos mercados desses países tornou-se evidente, principalmente em função do fato de que os produtos de exportação chineses são, em grande parte, baratos e de fácil acesso. Não foram raras notícias de setores econômicos de países em desenvolvimento que foram afetados pelo aumento das exportações chinesas (SEBBEN, 2011, p.50).

Um elemento considerado importante no que tange ao crescimento da economia da China no decorrer das últimas décadas consiste no intenso relacionamento estabelecido com os Estados Unidos. Os novos cursos financeiros e comerciais determinados na China compreendem como alvitre da delineação acerca dos processos de integração produtiva que profere, concomitantemente, às grandes organizações empresariais dos Estados Unidos que detêm grandes marcas do mundo. Esta rede de produção vem modificando a China como um centro global associado à montagem e produção de manufatura, o que denota a china uma designação de “oficina do mundo” (BARBOSA; MENDES, 2008).

Uma perspectiva a se analisar é que, a crise econômica ocorrida nos anos de 2008 e 2009 não atingiu diretamente a China, porém, chegou ao país provocando algumas importantes transformações, mudanças basais foram promulgadas por meio do lançamento do 12º Plano Quinquenal chinês, ocorridos no mês março do ano de 2011, sendo neste anunciado uma adequação do modelo de crescimento da China, amenizando as desigualdades existentes entre as populações do país, estas que exacerbaram-se em razão do padrão de desenvolvimento chinês ocorrido nos últimos trinta anos.

As transformações explicitadas por meio da inclusão do novo Plano Quinquenal chinês promoveram inúmeros resultados para a economia do mundo, sobretudo de países que se encontram em processos de desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Sebben (2011) discorre a respeito destas mudanças como sendo:

- um reforço das relações entre os países dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), devido à necessidade chinesa cada vez maior de alimentos, petróleo, minério e outras matérias-primas, dos quais Brasil, Índia e Rússia são grandes produtores;
- variações nos preços das commodities, geradas pelos efeitos de escala do estabelecimento das pequenas e médias empresas intensivas em trabalho e em tecnologia na China. Além disso, o estabelecimento de tais empresas pode gerar maiores pressões competitivas por parte da China em relação aos parques industriais mais complexos de países em desenvolvimento, como o Brasil;
- realocações do Investimento Externo Direto chinês, destinando-se a setores voltados ao suprimento de alimentos e matérias-primas destinadas ao mercado chinês e a setores nos quais a indústria chinesa tem se desenvolvido recentemente, como a indústrias automobilística, de informática e eletroeletrônica (ACIOLY, PINTO; CINTRA apud SEBBEN, 2011, p.51).

Conforme o autor, as reformas que foram incitadas a partir deste novo Plano Quinquenal da China são visualizadas como fatores integrantes das ações a serem implementadas a um longo prazo na China, caracterizada como uma demonstração na afirmação da civilização chinesa em uma postura arraigada à centralidade no cenário internacional. Assim, optou-se pelo desenvolvimento econômico chinês com o escopo de ordenar condições claras e externas com a finalidade de reafirmar esta centralidade.

Em síntese, Sebben (2011) menciona que as políticas econômicas e exteriores da China associam-se de maneira a colaborar no crescimento material chinês e, igualmente, a organizar o conjunto de apoios importantes para a segurança do auxílio de energia e matérias-primas estratégicas para o desenvolvimento chinês. E, dentro deste contexto é que se pode compreender o aumento das junções da China com outros países, com ênfase ao Brasil, o que, será analisado no próximo capítulo, abarcando, igualmente, esta relação bilateral e comercial existente entre Brasil e China.

3 RELAÇÃO BILATERAL ESTABELECIDADA ENTRE BRASIL E CHINA

Analisa-se que a China vem, atualmente, demonstrando-se como uma real potência emergente econômica no âmbito mundial. Deste modo ela passa a ser compreendida, a partir de uma nova etapa de sua história, enfatizada por meio de uma ascensão pacífica do país, designada a proporcionar maiores vantagens dentro de seu entorno, a partir das as relações estabelecidas com o exterior (BARBOSA, 2009).

Em face deste tipo de reordenamento do eixo econômico mundial no Brasil, a China, na adoção de distintas políticas e ações, tornou-se, no decorrer dos anos, o país com de maior parceria com o Brasil.

Observa-se que a recente ordenação do Conselho Empresarial Brasil-China associou amplas organizações empresariais chinesas e brasileiras, sendo considerado um elemento de relevância para o estabelecimento de uma relação bilateral entre os países ao proporcionar um tratamento mais estruturado e qualificado dentro do segmento comercial, porém, igualmente político ao propiciar a exultação recíproca dos concernentes interesses nacionais (TUSCO, 2010).

Assim sendo, este capítulo possui o objetivo de discorrer sobre a relação bilateral estabelecida entre Brasil e China, analisando seus preceitos fundamentais, conjeturas, e avaliação acerca dos produtos chineses frente ao Brasil, além de ponderar a respeito das exportações e importações efetivadas entre Brasil e China, de modo a inserir elementos basilares que estruturem a temática trabalhada.

3.1 Considerações iniciais acerca de Brasil e China

Observa-se, em um primeiro momento, que o transcorrer dos últimos anos foi marcado por um intenso desenvolvimento dos países que compõe o bloco apontado

os BRIC's (Brasil, Rússia, Índia, China), sobretudo no que tange ao Brasil e à China dentro de um âmbito político-econômico internacional (BARBOSA, 2009).

Os países, Brasil e China, são enfatizados em razão de ambos terem alcançado um estreitamento de seus vínculos dentro do mercado mundial, mesmo que, em distintas vezes, o modo com o qual os mesmos tenham optado por esta inserção tenha sido diferente um do outro (TUSCO, 2010).

No momento atual pode-se observar que nos países em questão passa a ser justificado em face dos percursos por eles realizados no transcorrer da década de 1990.

Lo Lui (2010) explana que, no Brasil, poder-se-ia visualizar uma situação de economia de estabilização, que, igualmente, encontrava-se associada a uma peculiar situação denotada de *stop and go*, com índices de crescimento não superiores a 5% (cinco por cento) ao ano.

Paralelamente, a China sobressaiu-se em face de uma potencial eficácia em seu Produto Interno Bruto (PIB). Igualmente, arraigou-se às altas taxas de investimento de caráter direto externo, o que incitou um intenso crescimento no volume de exportação chinês, em decorrência da assistência aguda do Estado diante do controle da economia, além de um célere desenvolvimento de seu mercado interno (BARBOSA, 2009).

Lo Lui (2010) avalia que os efeitos desta associação de fatores tornaram-se, por sequentes períodos, acompanhados da propagação do PIB da China.

O autor, por meio das tabelas que se seguem, elucida o processo de desenvolvimento do PIB da China, quando comparado ao PIB do Brasil no decurso da década de 1990.

TABELA 2: PIB DA CHINA NA DÉCADA DE NOVENTA

1990	1991	1992	1993	1994
3.80	9.20	14.20	14.00	13.10
1995	1996	1997	1998	1999
10.90	10.00	9.30	7.80	7.60
2000	2001	2002	2003	2004
8.40	8.30	9.10	10.0	10.10

2005	2006	2007	2008	2009
10.40	10.60	10.90	9.00	8.70

Fonte: Banco Mundial apud Lo Lui, 2010, p.56.

TABELA 3: PIB DO BRASIL NA DECADA DE NOVENTA

1990	1991	1992	1993	1994
-4.30	1.51	-0.47	4.67	5.33
1995	1996	1997	1998	1999
4.42	2.15	3.37	0.04	0.25
2000	2001	2002	2003	2004
4.29	1.32	2.61	1.27	5.72
2005	2006	2007	2008	2009
2.90	3.72	5.42	5.10	-0.2

Fonte: Banco Mundial apud Lo Lui, 2010, p.57.

Lo Lui (2010) avalia que, no que tange aos índices de exportação, a China se destaca por estar efetivando um processo de melhoramento constante em relação aos seus bens manufaturados que são destinados à exportação. Deste modo, os produtos advindos da China incluem-se em proporções consideráveis ao mercado em dimensão mundial por meio de seu grande valor agregado, decorrente dos acréscimos positivos de investimentos em produtos (TUSCO, 2010).

Lo Lui (2010) menciona que o volume de exportações em que o Brasil passou no período compreendido entre 1990 a 2004.

Foi fortemente atrelado a expansão do setor de commodities e a desvalorização da moeda nacional nesse período, o que faz com que o país se tornasse cada vez mais dependente das oscilações dos preços estipulados pelo mercado internacional (LO LUI, 2010, p.57).

Neste enfoque, observa-se que o que notadamente difere estes dois países dis respeito à função exercida pelas exportações e investimentos realizados no decorrer do ano, uma vez que a China uniu-se ao curso de caráter expansivo de capital e de comércio exterior de forma a majorar seu desempenho em termos de produção, e, concomitantemente, o Brasil ficou estagnado às mudanças ocorridas no câmbio, o que, de certo modo, impediu que houvesse um maior volume de

investimentos e de desenvolvimento presumível do PIB, vinculando o Brasil às austeras políticas de ajuste monetário (TUSCO, 2010).

Segundo Lo Lui (2010), a China é designada como um país que apresentou uma acelerada industrialização, vivenciando uma modificação efetiva em sua base produtiva, e, em contrapartida, o Brasil obteve um processo de desindustrialização, impossibilitando que o mesmo diferenciase sua estrutura industrial, bem como evitando uma elevação nos índices de competitividade nos setores de maior eficácia no comércio internacional (SULEIMAN, 2008).

A partir das tabelas a seguir, pode-se visualizar a importância de cada um dos três segmentos diante da ordenação do PIB nacional da China e do Brasil.

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO DA CHINA EM CADA SEGMENTO NA COMPOSIÇÃO DO PIB (%)

Ano	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura	13.39	12.24	11.34	11.13	11.31
Serviços	40.38	40.08	39.98	40.37	40.07
Indústria	46.38	47.68	48.68	48.50	48.62

Fonte: Banco Mundial apud Lo Lui, 2010, p.57.

TABELA 5: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM CADA SEGMENTO NA COMPOSIÇÃO DO PIB (%)

Ano	2004	2005	2006	2007	2008
Agricultura	6.91	5.71	5.47	5.82	6.40
Serviços	62.97	65.02	65.75	66.92	66.90
Industria	30.11	29.27	28.78	27.27	26.70

Fonte: Banco Mundial apud Lo Lui, 2010, p.58.

Nos dados relativos à China, explicitados pela tabela 3, pode-se perceber o caminho adotado pelo país após a inserção de políticas econômicas que foram perfilhadas pelo governo chinês, analisando-se, também, analisado a ocorrência de uma redução sequencial do segmento de agricultura diante da organização do PIB nacional, em que uma parcela é associada à ocorrência de um constante êxodo rural

com o transcorrer dos anos, enquanto outra é condicionada pelo total insuficiente de investimentos que foram designados ao segmento, quando cotejados com os outros.

No que se refere à parte concebida pelo campo de serviços e industrial, analisa-se que os mesmos conjecturam a intensidade obtida pelos investimentos de ordem externa e a política de abertura comercial, sendo esta última centralizada, sobretudo, nas demarcações urbanas de todo o território chinês, e, dentro do segmento industrial, é notado o alcance de aumentados níveis de investimentos externos e política de abertura do comércio (LO LUI, 2010).

Conforme Lo Lui (2010, p.58), “nota-se a primeira vista que o setor da agricultura no Brasil, assim como na China, obtém uma parcela minoritária na composição do PIB nacional, todavia, o predomínio do setor secundário da economia é enormemente maior que o da indústria.”

De tal modo, a indústria tem desenvolvido seus índices em proporções gradativas com o decorrer dos anos, o que é explicado em face da ausência de competitividade deste segmento diante dos fatores de concorrência em âmbito mundial, em razão da demasiada burocracia, diante da qual este setor se encontra introduzido, além das elevadas taxas de impostos, dentre outros (TUSCO, 2010).

Diante das exposições, insere-se como relevante ao conteúdo discorrer a respeito da desmistificação dos produtos da China e sua relação comercial estabelecida com o Brasil, analisando suas bases e concepções, de maneira a fundamentar o contexto trabalhado.

3.2 Análise sobre os produtos chineses e sua relação comercial com o Brasil

Há de enfatizar-se, em linhas iniciais, que as informações fornecidas no transcorrer dos tópicos apresentam dados obtidos pelo FIESP no ano de 2008, e analisados pelos autores no transcorrer do texto, para a fundamentação do estudo, atuam de forma a embasar a relação comercial estabelecida entre Brasil e China, que será o objetivo de maneira mais sistemática no capítulo III.

Suleiman (2008) discorre que atualmente, o que se verifica é um número considerável de produtos que são comercializados mundialmente com a fabricação chinesa, e o que antes denotava produtos de uma qualidade inferior, hoje passa a ser concebido como produtos manufaturados de elevada tecnologia, sendo denominados de *hi-tech*, considerados os principais produtos de exportação da China.

Acredita-se que a competitividade dos produtos oriundos da China está fazendo com que o país, em questão; seja incluído em mercados internacionais em índices cada vez maiores e até mesmo suprindo fornecedores tradicionais de alguns países (TUSCO, 2010).

Suleiman (2008) pondera que em 2006 pode-se observar que a China tornou-se o país que mais exporta produtos de alta tecnologia, superando, assim, os Estados Unidos. De acordo com informações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o banco de dados de estatísticas acerca do comércio internacional das Nações Unidas, a Comtrade, a China exportou um volume de aproximadamente US\$ 343,9 bilhões, enquanto os Estados Unidos exportaram US\$ 328,8 bilhões (BARBOSA, 2009).

A maioria dos produtos chineses é considerada de elevada tecnologia, o que desmistifica o estereótipo de que na China apenas se verificam produtos baratos e inferiores em termos de qualidade. (TUSCO, 2010). Por meio de uma lista ordenada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o segmento de produtos eletrônicos, acompanhado de aparelhos e equipamentos desenvolvidos para a comunicação consistiu no setor que apresentou o maior impacto diante das importações da China, suplantando mercados entendidos como clássicos na oferta deste tipo de produto, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão (SULEIMAN, 2008).

Posterior a um intenso caminho percorrido durante seis anos de sucessivos *superávits* comerciais estabelecidos com a China, pode-se observar no Brasil, em 2007, a ocorrência de seu primeiro déficit anual, onde as importações de produtos advindos da China ultrapassaram os US\$ 12 bilhões versus US\$ 1,3 bilhão no ano de 1997, o que representa um grande aumento de, aproximadamente, treze vezes a dimensão do comércio em um espaço de dez anos (LO LUI, 2010).

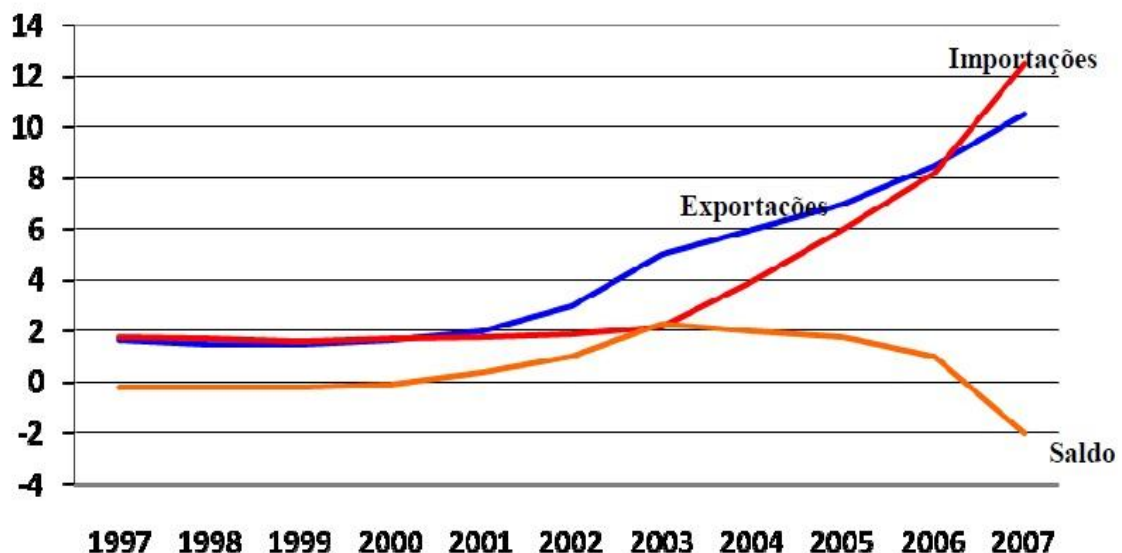
Esta situação fez com que houvesse um *déficit* comercial com a China, em 2007, de US\$ 1,9 bilhão entre os meses de janeiro e julho, alcançando um número, até o fim do ano, em questão, de US\$ 964,4 milhões (BARBOSA, 2009).

Assim sendo, Suleiman (2008) analisa que, a partir do déficit ocorrido no ano de 2007:

Têm ocorrido manifestações por parte do setor privado brasileiro para que haja maior restrição à entrada de produtos chineses no Brasil, em especial de bens de consumo não-duráveis, sob alegação de invasão da indústria nacional. No entanto, análise da pauta de importações brasileiras da China demonstra que a pauta de importações brasileiras da China demonstra que a participação destes bens restringe-se a somente 8,7% das compras totais. A maioria dos importados são bens intermediários ou de capital (75,7%), que atuam como insumos à produção nacional e auxiliam o desenvolvimento da indústria brasileira (CARTA DA CHINA apud SULEIMAN, 2008, p.31).

Por meio de o gráfico a seguir, pode-se verificar a balança comercial que se determinou entre Brasil e China nos anos que compreenderam 1997 a 2007.

FIGURA 1 – BALANÇA COMERCIAL COM A CHINA - 1997-2007 em US\$ BILHÕES.



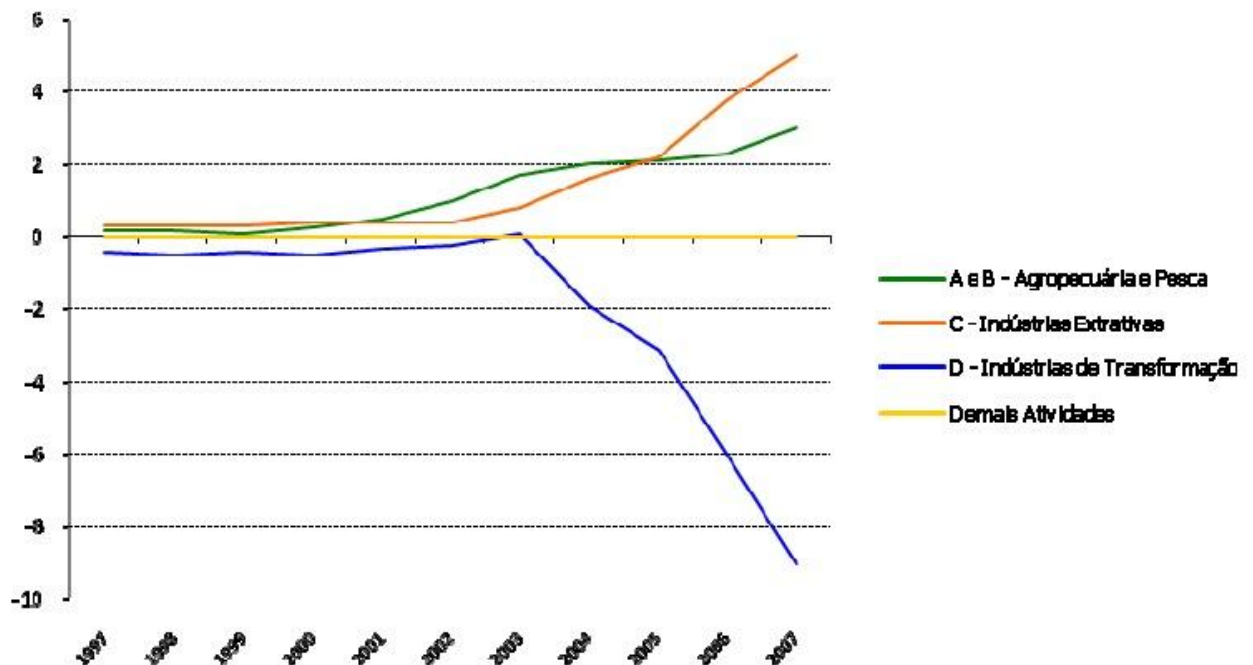
Fonte: FIESP apud Suleiman, 2008, p.31.

Os empresários do Brasil passaram a, efetivamente, preocuparem-se com a China após a ocorrência do grande *déficit* suscitado com o país em questão. A ação adotada para que este *déficit* seja diminuído precisa ser conduzida em prol da diversificação e do aumento das exportações do Brasil em direção à China, e não apenas controle destas exportações (TUSCO, 2010).

De acordo com as informações explanadas pelo gráfico a seguir, é possível notar que o resultado de ordem negativa ocorrido pela indústria de transformação tornou-se o grande responsável pela ocorrência do *déficit* comercial acontecido no Brasil com a China, que, segundo Suleiman (2008), no ano de 2006 era de US\$ 5,85 bilhões, com um aumento para 65,7 % até alcançar, no ano de 2007, o número de US\$ 9,69 bilhões (SULEIMAN, 2008).

Acresce-se, ainda, que o fato de a moeda brasileira, o real, ter sido valorizada quando comparada ao dólar, igualmente acabou por colaborar para o resultado mencionado (LO LUI, 2010).

FIGURA 2 – SALDO COMERCIAL DO BRASIL COM A CHINA ENTRE A CHINA OS ANOS 1997 A 2007.



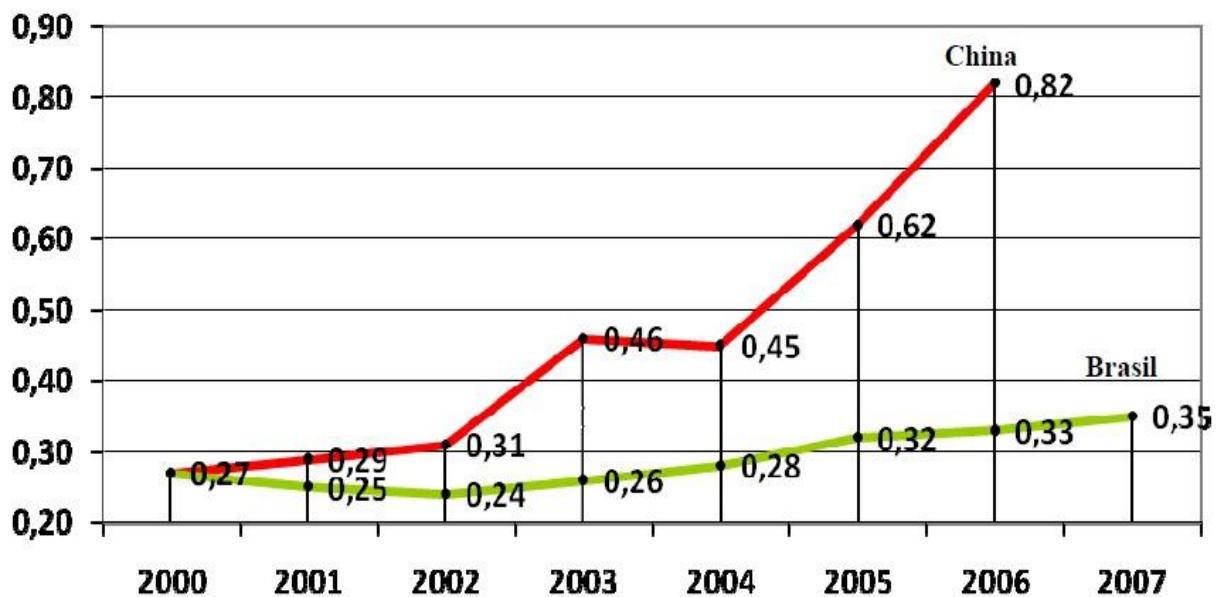
Fonte: FIESP apud Suleiman, 2008, p.32.

Dentro do ambiente voltado à exportação de elevada tecnologia, observa-se que o Brasil superou o número de US\$ 9,7 bilhões. Acredita-se que um potencial

fator que colaborou para esta situação consistiu na elevação dos preços nos últimos anos das *commodities* agrícolas e minerais, visto que no Brasil o valor por quilo das vendas de caráter externo ficou estagnado, em contrapartida, na China, este índice foi elevado (SULEIMAN, 2008).

Por meio das informações elucidadas no gráfico a seguir, pode-se observar que o valor médio referentes ao quilo de exportações da China, no ano 2000, era similar ao do Brasil, com um valor de US\$ 0,27, sendo aumentado, no ano de 2007, para US\$ 0,87 na China e, no Brasil, o quilo de exportações subiu para US\$ 0,35, o que significa um crescimento de aproximadamente 222% (duzentos e vinte e dois por cento) na China e no Brasil, 29% (vinte e nove por cento).

FIGURA 3 – VALOR POR QUILO (Kg) EXPORTADO ENTRE BRASIL E CHINA.



Fonte: FIESP apud Suleiman, 2008, p.33.

Suleiman (2008) pondera que o crescimento do valor do quilo exportado demonstra a ocorrência de um aumento da participação de produtos designados como de maior elaboração, de tal modo, os produtos em questão passam a incidir como dominantes no segmento de importação em âmbito mundial.

Segundo o autor, “aproximadamente 48,4% das exportações de produtos de alta tecnologia no ano de 2006, referiam-se a aparelhos e equipamentos de

comunicações e 40,2% eram equipamentos de informática e máquinas para escritórios (SULEIMAN, 2008, p.33)”.

Em máquinas e equipamentos, o autor salienta que a China é em um país com um grande potencial para se tornar a maior fornecedora para o Brasil no que tange aos produtos mencionados, uma vez que na atmosfera dos negócios, a China ainda compreende em um país que apresenta maior acesso à produção quando comparada ao Brasil (BARBOSA, 2009).

Dentro deste preceito, Suleiman (2008) afirma que:

O consumo do governo brasileiro comparado ao da China é 42% maior, o que influencia negativamente a carga tributária e a taxa de juros. A soma dos juros, a carga tributária mais o spread bancário nacional provocam desestímulos aos investimentos. Como exemplo, enquanto na China, os investimentos representam atualmente 41,5% do Produto Interno Bruto, no Brasil esse número é de aproximadamente 17,6%. No campo da ciência e tecnologia os gastos da China com pesquisa e desenvolvimento dobraram subindo de 0,64% do PIB em 1997 para 1,33% em 2005. Já no Brasil esse aumento foi de apenas 18 % passando de 0,7% para 0,83% do PIB. A participação dos produtos eletrônicos chineses no consumo brasileiro aumentou de 1% em 2000 para 11,7% em 2006 (SULEIMAN, 2008, p.34).

Deste modo, pode-se analisar que, conforme os fatores discorridos, nota-se que os acontecimentos em tese, conduziram a um estado que, com o transcorrer dos anos, inúmeros produtos começaram a ser importados da China, ao invés de possuírem uma produção local.

Assim sendo, diante das exposições, percebe-se como relevante aos conteúdos trabalhados, arrazoar a propósito dos pontos de vista estruturados na relação existente entre Brasil e China, de maneira a complementar e embasar este estudo acadêmico.

3.3 Conjeturas acerca da relação entre Brasil e China

Suleiman (2008) avalia que o início da relação entre Brasil e China pode ser observado por meio da realização de exposições de cunho cultural que, de certa forma, promovia o país chinês dentro do ambiente brasileiro. Ainda, neste contexto, o autor menciona que no ano de 2004, na China, foi efetivada uma exposição

brasileira onde se abordava o Amazonas, com sua cultura, considerada uma das maiores exposições estrangeiras acontecidas dentro do Palácio Imperial chinês, com a apresentação de shows de dança que continuaram em exposição na China por cinco meses.

A concretização deste tipo de exposição possuiu o objetivo de diminuir a distância cultural e geográfica estabelecida entre Brasil e China, para que, em períodos posteriores, fosse fortalecida a parceria comercial entre ambos (TUSCO, 2010).

No ano de 2001, ressalta-se que o comércio entre China e Brasil foi impulsionado, porque a China viu no Brasil uma oportunidade para que fossem fornecidas matérias primas consideradas importantes à sustentação de seu desenvolvimento econômico (LO LUI, 2010).

Deste modo, no ano em questão, o Brasil historiou o acontecimento de seu primeiro *superávit* comercial ao ano com a China, implicação esta que perdurou até o ano de 2006, e, a partir destes anos, intensificaram-se as permutas comerciais entre os países (TUSCO, 2010).

Assim sendo, avalia-se que o comércio bilateral estabelecido nestes dois países encontra-se em um percurso de intenso desenvolvimento. Logo, os níveis de barganhas efetivadas nos países consistem como diferentes, visto que as análises acerca das exportações brasileiras para a China é dirigida a poucos produtos apontados como básicos, e, no que concerne às importações do Brasil de produtos oriundos da China, observa-se que os mesmos versam como diversificados, predominando a importação de produtos de manufatura (SULEIMAN, 2008).

No que se refere ao *déficit* ocorrido no ano de 2007, as estratégias assumidas pelo governo do Brasil para que fossem revertidas foram arroladas por meio do registro da Agenda China, que apresentou como intento intensificar e diversificar o comércio bilateral, incentivando a realização de investimentos para Brasil e China. As ações da Agenda China iniciaram no ano de 2008 e perduraram até o ano de 2010, no momento em que as exportações do Brasil encontrar-se-ão em desenvolvimento gradativo (TUSCO, 2010).

No ano de 2008, o Brasil exportou soja para a China em grandes proporções, tornando-se responsável pela alteração no *ranking* dos maiores importadores de

produtos agrícolas brasileiros, com os Estados Unidos ocupando a terceira posição, o que antes se encontrava em primeiro lugar por um período de dez anos consecutivos. Em segunda posição, pode-se verificar a ocupação dos Países Baixos (SULEIMAN, 2008).

Por meio da tabela a seguir, pode-se observar que o índice de exportações realizadas pelo Brasil em direção à China manteve-se em uma linha crescente no ano de 2011, com um total de cerca de US\$ 44,314 bilhões, apresentando uma diferença de 43,95 no que corresponde ao mesmo período do ano de 2010.

“O aumento substancial das exportações brasileiras para a China decorreu principalmente pela expansão das vendas de soja em grãos e óleos de soja, cujos valores exportados para a China aumentaram (SULEIMAN, 2008, p.36)”.

TABELA 6: TROCA COMERCIAL ESTABELECIDADA ENTRE BRASIL E CHINA

Ano	Exportação	Var (%)	Importação	Var (%)	Saldo
2005	6,834	25,60	5,354	44,31	1,480
2006	8,402	22,94	7,990	49,23	0,441
2007	10,748	27,92	12,621	57,95	-1,872
2008	16,522	53,72	20,044	58,81	-3,521
2009	21,003	27,12	15,911	-20,61	5,092
2010	30,783	46,95	25,595	60,86	5,190
2011	44,314	43,95	32,790	28,11	11,524

Fonte: MDIC

Na tabela apresentada, pondera-se que as importações do Brasil que foram derivadas da China apresentaram um total de US\$ 32,790 bilhões no período analisado. Assim sendo, alcançaram um crescimento de 28,11%, quando cotejado com o período anterior. Em paralelo, se pode verificar que a tabela a seguir elucidada acerca da exportação de pastas de madeira, bem como papel e celulose, que conceberam um desenvolvimento expressivo, tanto no que diz respeito ao valor, quanto ao volume.

Acredita-se que a demanda crescente da China por este tipo de produto alcançou uma marca de aproximadamente US\$ 388,8 milhões, com um acréscimo de cerca de 90% das vendas realizadas no período.

De tal modo, Suleiman (2008) discorre que minérios como cobre, manganês e nióbio assinalaram, igualmente, um crescimento em seus conteúdos relativos à exportação em um percentual de 162%, quando comparado ao valor exportado no ano anterior.

Observa-se que as exportações de petróleo possuíram um crescimento notável no que tange ao valor, aumentando assim 92,3% no que se refere ao período anterior. Todavia, a dimensão de vendas aumentou em uma proporção mais moderada, com um percentual de 9,9%, elucubrando que “a maior parte da ampliação do valor exportado foi resultado do alto preço do valor do combustível nos mercados internacionais. (SULEIMAN, 2008, p.36)”.

TABELA 7: VALORES RELATIVOS ÀS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA CHINA, APRESENTANDO OS PRODUTOS DE MAIOR NOTORIEDADE

Produtos ou famílias de produtos	2008		2007		Var FOB	Var KG
	US\$ FOB milhões	Kg mil	US\$ FOB milhões	Kg mil		
Carnes e laticínios	2,8	708,5	9,7	9.152,7	-71,7	-92,3
Soja em grão	2.832,90	6.748.556,0	1.478,2	5.539.011,0	91,6	21,8
Óleo de soja	391,0	343.279,7	98,0	151.181,9	299,0	127,1
Fumo	1,3	198,0	2,5	710,4	-48,2	-72,1
Granito cortado bruto	36,9	221.155,2	31,7	241.589,9	16,2	-8,5
Minério de ferro	1.971,0	51.282.448,0	1686,0	47.965.227,9	16,9	6,9
Outros minérios (manganês, cobre, nióbio etc.)	125,0	377.397,7	47,7	162.316,7	162,1	132,5
Petróleo e derivados	518,1	879.209,0	269,4	799.988,8	92,3	9,9
Produtos químicos, orgânicos e inorgânicos	75,2	32.412,7	68,6	38.623,8	9,6	-16,1
Couro e peles	214,7	60.646,4	256,4	75.872,2	-16,3	-20,1
Pasta de madeira papel e celulose	388,8	671.345,7	200,1	429.492,5	94,3	56,3
Produtos, semimanufaturados de ferro e aço	268,0	151.076,0	166,4	293.008,5	61,1	-48,4

	Continuação					
Maquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos	125,5	14.309,3	129,5	16.378,8	-3,8	-14,5
Maquinas, ferramentas e aparelhos elétricos	35,8	1.716,8	30,6	3.008,2	16,9	-42,5
Partes e componentes para veículos e tratores	13,2	1.889,4	25,4	3749,5	-47,9	-49,6

Fonte: Macro China (apud SULEIMAN, 2008, P.38)

Sequencialmente, na tabela a seguir, poder-se-á analisar que as máquinas elétricas e mecânicas consistiram como exemplos de produtos que apresentaram um maior ímpeto nas compras, quando deturpado ao desenvolvimento da economia do Brasil, com números de US\$ 1,02 bilhão e US\$ 773,7 milhões, simultaneamente.

Segundo as informações de Suleiman (2008) o segmento de equipamentos e máquinas direcionadas à construção civil compreendeu como o setor que pode-se observar um maior crescimento, de, aproximadamente, 217% no que se refere ao período anterior.

E, em relação à importação de produtos químicos orgânicos e inorgânicos igualmente, nota-se que este setor conseguiu sustentar um célere desenvolvimento, perfazendo um total de US\$ 994 milhões.

As importações realizadas para coques de hulha apresentaram um desenvolvimento de 154,5% no que diz respeito ao período anterior, com um aumento ocorrido em razão do aumento de “18,4% do consumo doméstico de produtos siderúrgicos, em decorrência do aumento da demanda dos setores de construção civil, automotivo e de bens de capital (SULEIMAN, 2008, p.39)”.

TABELA 8: IMPORTAÇÕES REALIZADAS NO BRASIL DA CHINA DE PRODUTOS DENOTADO COMO PRINCIPAIS.

Produtos ou famílias de produtos	2008		2007		Var FOB (%)	Var KG (%)
	US\$ FOB milhões	Kg mil	US\$ FOB milhões	Kg mil		
Coques de hulha	313,6	789.082,1	123,2	767.745,3	154,5	2,8
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos	993,9	886.422,5	452,7	451.361,9	119,6	96,4

	Continuação					
Têxteis e vestuário	688,3	160.044,6	438,8	119,687,1	56,8	33,7
Calçado	113,2	9.706,1	67,4	6.106,9	68,1	58,9
Maquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	1728,7	224.559,8	955,0	135.659,9	81,0	65,5
Bombas, válvulas e aparelhos de uso domésticos (refrigeradores, fornos, e maquinas de lavar	127,5	26.886,7	82,3	17.922,0	55,0	50,0
Maquinas e equipamentos para construção civil	118,1	31.726,0	37,3	14.566,1	216,9	118,0
Maquinas e aparelhos da indústria têxtil	69,8	11.506,4	36,2	6.747,8	92,5	71,4
Maquinas e aparelhos da indústria metalúrgica	91,7	25.070,8	43,5	13.538,9	111,2	85,2
Maquinas de processo de dados	690,5	26.678,4	394,7	23.593,6	74,9	13,1
Outras máquinas	86,1	18.621,3	32,4	7854,2	165,4	137,1
Maquinas e aparelhos elétricos e suas partes	2.891,9	187.633,3	1872,8	159.164,0	54,4	17,9
Conversores, transformadores, acumulados e geradores elétricos	152,2	13.460,2	86,3	11.130,5	76,4	20,9
Eletrodomésticos	31,0	4.408,5	17,0	2.344,7	82,2	105,1
Fornos e aquecedores elétricos	86,3	23.650,0	91,5	5.595,6	-5,7	-14,6
Aparelhos elétricos para telefonia	992,1	10.250,3	503,7	5.495,6	96,9	86,5
Aparelho de som	228,8	19.849,4	218,2	23.259,3	4,9	-14,6
Aparelho de radiofusão	361,5	19.643,0	261,7	17.798,3	38,2	10,4
Condensadores elétricos e resistências	41,6	1.826,9	31,6	1698,7	31,7	7,5
Circuito impressos	95,2	2.742,7	60,1	2.398,1	58,5	14,4
Disjuntores, interruptores, suporte, lâmpadas e outros aparelhos para circuitos elétricos	295,0	37.455,0	182,5	25.580,9	61,7	46,4
Circuitos integrados	218,3	443,0	155,4	543,7	40,5	-18,5
Outros equipamentos elétricos	117,2	16.511,3	73,2	11.405,1	60,0	44,8
Partes e componentes para veículos e tratores	201,0	67.183,6	102,2	43.566,9	96,7	54,2
Brinquedos	104,8	17.620,5	75,1	14.153,1	39,5	24,5

Fonte: Macro China apud Suleiman, 2008, p.40.

Assim sendo, entende-se, perante as fundamentações elucidadas, que a China passa por constantes mudanças de caráter interno no transcorrer dos anos, com o intuito de buscar a expansão de sua economia em prol de percursos intensos e crescentes, visando a estabelecer uma igualdade de caráter socioeconômico, bem como oferecendo condições de vida mais adequadas aos trabalhadores, incitando à produção de bens com elevada tecnologia, a partir de produtos de qualidade superior (BARBOSA, 2009).

Destarte, o capítulo a seguir irá discorrer a propósito do comércio entre Brasil e China, com os principais produtos e empresas que atuam neste processo, com seus bens e serviços, exportações e importações, de maneira que se compreenda a efetivação deste estudo acadêmico.

4 O COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA

Corroborando sobre o comércio entre Brasil e China, vê-se, em sentido amplo, que as relações entre estes países são diplomáticas e estabelecidas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Considera-se que tiveram princípio por volta do início do século XIX e continuaram até 1949, quando foram interrompidas pela criação da República Popular da China. Já em 1974, com o acordo sobre a criação e funcionamento da Embaixada do Brasil em Pequim e a Embaixada da China em Brasília, as relações entre os países foram efetivamente normalizadas (ARRIGHI, 2008).

Para Oliveira (2004) a partir disto, os laços bilaterais têm assistido a um desenvolvimento harmonioso em todas as áreas de negociações.

Deste modo, percebe-se que a crescente relação econômica e política entre os dois países foi ratificadas com acordos firmados em visita de Luiz Inácio Lula da Silva à China, estas que possibilitaram incluir quatrocentos e cinquenta representantes de empresas brasileiras (ARRIGHI, 2008).

Neste intere, Cruz (2007) explana que o Ministério das Relações Exteriores, considerou que esta crescente relação poderia ser parte de uma reconfiguração da geografia comercial e diplomática do mundo. Com os dados de 2009 do mesmo ministério se observa que China ultrapassou os Estados Unidos, tornando-se o maior parceiro comercial do Brasil na atualidade globalizada.

É notório que Brasil e China são opostos não apenas geograficamente, pois, em se tratando de valorizar a indústria nacional, estas nações são também muito diferentes. Abrigando aproximadamente um sétimo da população do planeta, a China tornou-se uma das economias de maior crescimento no mundo, além de segundo maior exportador e terceiro maior importador de mercadorias. (ARRIGHI, 2008)

O processo de industrialização deste que é o maior país da Ásia Oriental reduziu sua taxa de pobreza de 53% em 1981 para 8% em 2001, e, por consequência, detém a condição de superpotência emergente (ARRIGHI, 2008).

Quanto ao Brasil, de acordo com Oliveira (2004), pode-se considerar que, com suas dimensões continentais como a maior da América Latina, com um número preponderante populacional, ainda caminha vagarosamente com discussões e medidas pontuais, como a desoneração da folha de pagamentos e a redução de juros para reverter a ineficiência estrutural de sua competitividade. As reformas econômicas promovidas no decorrer dos anos concederam reconhecimento internacional ao país, mas a desigualdade social ainda é grande e sua situação produtiva vive um momento de desindustrialização. (ARRIGHI, 2008)

Diante do exposto, neste capítulo tem-se como objetivo de delinear análises acerca das fundamentações a propósito do comércio entre Brasil e China, identificando os produtos da relação entre ambos os países, explanando suas bases e concepções, além de discorrer em alusão às principais empresas que atuam no setor e as conjeturas a respeito da relação comercial entre os países, com suas perspectivas, bens e serviços a serem explorados na exportação, enfatizando suas definições e relevância diante da temática.

4.1 O comércio Brasil e China

Lo Lui (2010) discorre que o Brasil vem mantendo relações comerciais com a China desde o início da instituição da República Popular da China (RPC), porém, observa-se que em razão da distância entre os dois países aliada à escassez de políticas de incentivo entre ambos inviabilizaram o estabelecimento do comércio bilateral entre as décadas de 1950 e 1960.

Conforme o autor, essa situação abarcou novos formatos a partir do ano de 1974, momento em que o governo do Brasil restaurou as relações de cunho diplomático com o governo da China, de tal modo desenvolveram-se conjunturas propícias para o estabelecimento de uma maior aproximação comercial entre Brasil e China.

Após o período de 1974, as políticas comerciais entre os países alcançaram importante notoriedade, tanto que no ano de 1985 o valor da corrente comercial de

Brasil e China obteve o índice de US\$ 1,41 bilhões, o que representa um valor 176 vezes superior ao alcançado em toda a década de 1950, além de igualmente consistir em 80 vezes maior que o obtido no ano de 1974 (TUSCO, 2010).

No ano de 1974 o Brasil concebia aproximadamente 55% do comércio global entre os países pertencentes à América Latina e a China. “A falta de uma pauta exportadora brasileira mais diversificada adicionada às instabilidades econômicas vivenciadas nos anos seguintes fez com que o intercâmbio de bens entre as duas nações sofresse uma série de oscilações (LO LUI, 2010, p.59)”.

Neste período o presidente era de Fernando Collor de Melo observa-se a ocorrência de uma tendência crescente no comércio entre Brasil e China, em que se pode notar um crescimento expressivo na corrente comercial no ano de 1993.

Esta linha de comércio bilateral entre ambos os países desenvolveu-se em proporções consideráveis nas últimas décadas. Logo acredita-se que esta seja uma forte tendência ocorrida entre o Brasil e outros países em fase de desenvolvimento. Observa-se, assim, que à relação sino-brasileira apresenta basal destaque, uma vez que a China angaria uma quantia cada vez mais significativa dentro das pautas de exportação e importação do Brasil. Atualmente, concorre com tradicionais parceiros comerciais do Brasil (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Lo Lui (2010) avalia que entre os anos de 1995 e 2005 o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre Brasil e China intensificou-se de forma particular, em que esta corrente de comércio cresceu em uma proporção cinco vezes maior e o total de estabelecimento de relações comerciais do Brasil com o mundo dobrou.

Este crescimento elucubra um intenso dinamismo tanto no que tange às exportações, quanto no que se refere às importações bilaterais do Brasil (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

O progresso do comércio entre Brasil e China foi estimulado em razão do desenvolvimento das exportações e, das importações. Acerca desta explanação, Lo Lui (2010) afirma que:

Entre 2000 e 2003, a elevação das exportações ocorreu em ritmo mais acelerado do que nas importações, com expansão média anual de 62% e de 26% respectivamente, o que permitiu gerar saldos comerciais crescentes. Entre 2003 e 2007, observa-se, no entanto, queda na taxa média anual de expansão das exportações para 24,1%, enquanto as aquisições de bens chineses ampliaram-se em 56,7% e ocasionaram a

redução de superávits, que culminou em déficit de US\$ 1,9 bilhão em 2007, após seis anos consecutivos de saldos comerciais positivos. Esta tendência se confirmou também para o ano de 2008; no qual apresentou um déficit comercial de U\$ 3,6 bilhões (LO LUI, 2010, p. 59-60).

O crescimento bilateral entre Brasil e China tornou-se notável de um modo geral. No ano de 2009 a balança comercial foi divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e demonstrou que a China superou os Estados Unidos como a principal parceira comercial do Brasil (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). No ano de 2010, a corrente comercial alcançou uma totalidade de U\$ 36,9 bilhões, suplantando os U\$ 35,63 bilhões constituídos com os Estados Unidos.

Se observa que a ascensão chinesa em direção à posição principal da lista de parceiros comerciais do Brasil pode ter ocorrido em razão do demorado processo de recobrimento em âmbito mundial que foi vivenciado pelos tradicionais parceiros econômicos do Brasil frente a uma circunstância de crise econômica de ordem internacional (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Igualmente, pode-se observar que outra elucidação acerca do crescimento da corrente comercial estabelecida entre Brasil e China versa no fato de que esta corrente encontra-se relacionada com a retomada do segmento de exportação brasileiro em direção ao país asiático, “no qual totalizou uma quantia de U\$ 21 bilhões, quase o dobro do obtido no ano de 2007 (U\$ 10,7 bilhões); montante fortemente impulsionado pelos produtos básicos, já que os manufaturados também apresentaram redução na pauta exportadora do ano de 2010 (LO LUI, 2010, p.60)”.

Em paralelo, tem-se na balança comercial as importações do Brasil derivadas da China que passaram por uma queda de 20%, quando cotejado com o ano de 2009. Tal diminuição fundamentou-se, sobretudo, em produtos pertencentes à categoria de combustíveis e lubrificantes, matérias-primas e intermediários, bens de capital e de consumo (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Nas exposições realizadas em linhas anteriores pode-se notar que a corrente comercial sino-brasileira alcançou proporções expressivas com o decorrer dos anos. Porém, cabe salientar a respeito dos produtos que foram importados e exportados por ambos os países neste processo de intercâmbio comercial. No que se refere aos bens comercializados entre Brasil e China, nota-se que as exportações do Brasil em

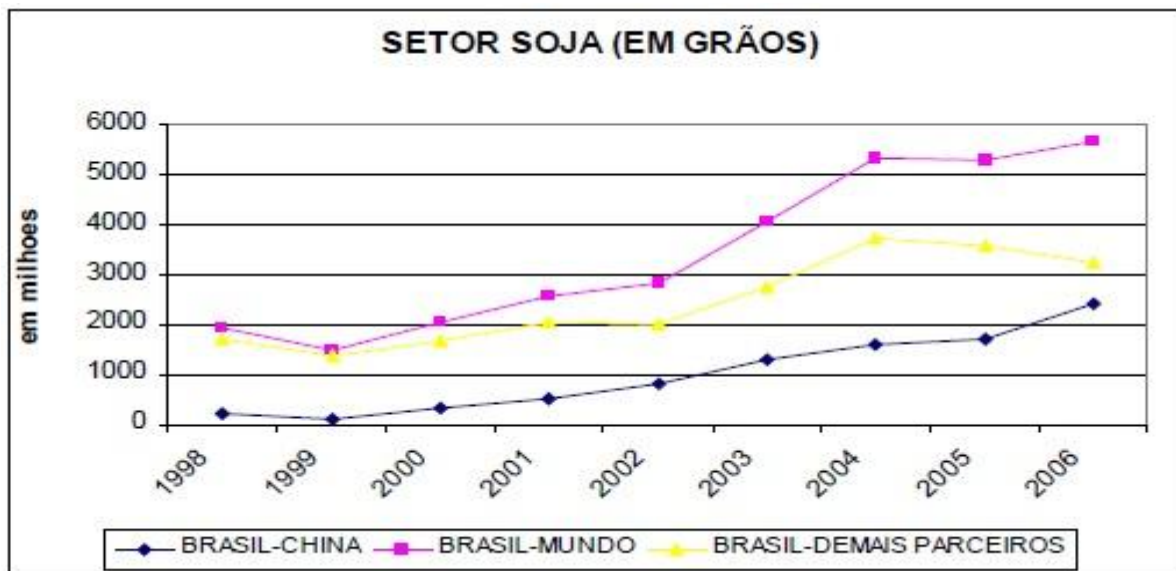
direção ao país asiático, em questão, restringem-se na maioria das vezes em *commodities* minerais e agrícolas.

Acrescenta-se que a reunião destas duas classes de *commodities*, minério de ferro e grãos de soja, alcançou um percentual superior a 70% no ano de 2009, e, acrescidos a estes dois grupos, abarcam-se petróleo, fumo em folhas, couro e peles, madeira serrada, dentre outros produtos.

O motivo para esta intensa concentração das exportações do Brasil para este diminuto número de produtos encontra-se associado a condicionantes externos e internos do país (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

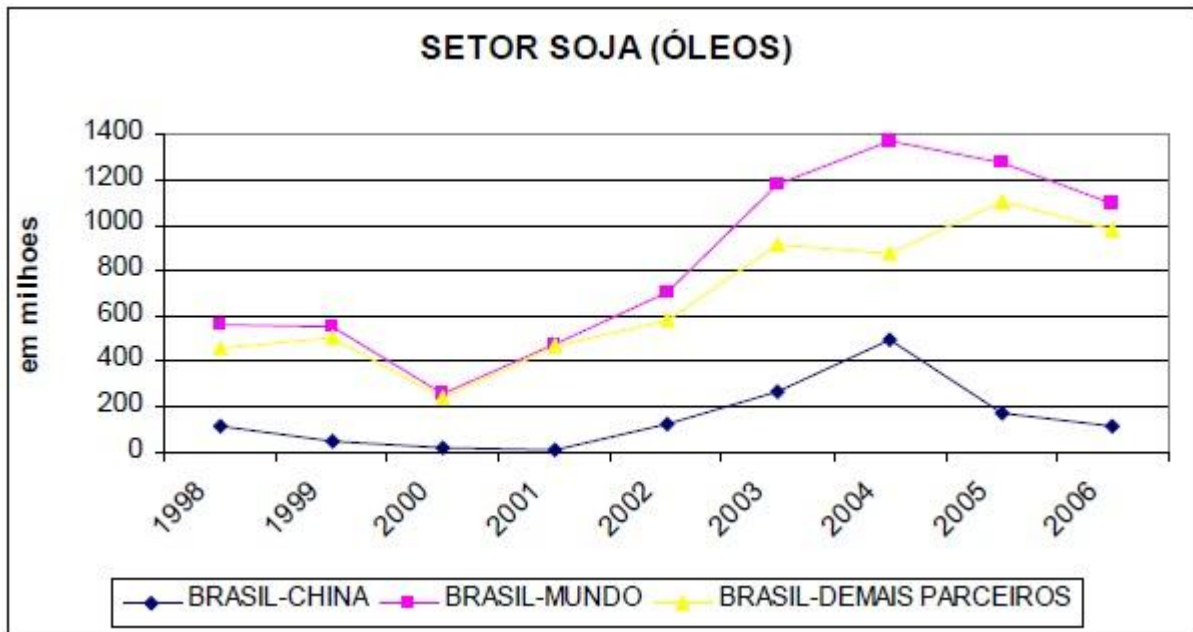
Barbosa (2009) insere-se ao contexto elucubrando a respeito da evolução do saldo comercial setorial do Brasil com a China no que tange ao saldo total do país para os setores de *commodities* de grãos de soja explanadas por meio das tabelas a seguir:

FIGURA 4 - SALDO COMERCIAL DO BRASIL COM CHINA, OS DEMAIS PARCEIROS E O MUNDO PARA SOJA EM GRÃOS ENTRE 1998 A 2006.



Fonte: IOS apud Barbosa, 2009, p.36.

FIGURA 5 – SALDO COMERCIAL DO BRASIL COM A CHINA , OS DEMAIS PARCEIROS E O MUNDO PARA OLEO DE SOJA ENTRE OS ANOS DE 1998 A 2006



Fonte: IOS apud Barbosa, 2009, p.36.

Lo Lui (2010) analisa que a soja apresenta elevada participação destas *commodities* dentro do comércio bilateral entre Brasil e China, o que pode se explicado em face desta ao integrar os hábitos alimentares da população da China, uma vez que os principais alimentos de consumo habitual chinês são, basicamente, constituídos a partir deste grão, como o tofu, o shoyu e o óleo de cozinha.

Neste sentido, esclarece-se igualmente que o Brasil, juntamente com os Estados Unidos, são vistos como um dos maiores produtores desta *commodities* em dimensão mundial, embora os Estados Unidos apresentem uma logística melhor de exportação diante de seu sistema de transporte interno e portuário. Já o Brasil conseguiu alcançar uma maior eficácia, especialmente nos elementos ligados aos custos de produção, e ao pequeno valor dos locais de cultivo (BARBOSA; MENDES, 2008).

No ano de 2007, o topo de fornecedores para o mercado da China era apresentado inicialmente, pela Argentina, que possuía um percentual de 80,1%, sendo seguido do Brasil, com um percentual de 14,2% e, por fim, os Estados Unidos, com um índice de 5,2%.

Por conseguinte, Lo Lui (2010) discorre acerca do minério de ferr. Este autor analisa que a demanda chinesa por esta classe de commodities decorre do modelo de desenvolvimento da economia que foi adotado pelo próprio país, este que se corrobora por consistir como intenso no emprego de tecnologia e formação de capital fixo.

Barbosa (2009) avalia que o segmento de minério de ferro pode-se observar que no Brasil, de onde as exportações para a China tendem a ser especializadas em produtos de menor processamento. Esta mesma situação é verificada na cadeia do aço.

Assim, Barbosa (2009) menciona que:

Enquanto os superávits nas exportações de minérios – especialmente de ferro – crescem de maneira exponencial de 2000 em diante, os superávits tanto na exportação de ferro, como de aço, se reduzem a partir de 2003, em virtude não apenas da queda das exportações brasileiras, como também da elevação das importações brasileiras daquele país. Entre 2003 e 2006, as exportações brasileiras de aço para a China caem 75%, enquanto as importações brasileiras de aço daquele país saltam de praticamente zero para cerca de US\$ 35 milhões, um montante ainda reduzido – 5% das compras externas brasileiras deste produto - mas com perspectivas de elevação (BARBOSA, 2009, p.37).

A figura a seguir enfatiza o saldo comercial entre o Brasil e a China a partir de minérios, ferro e aço, entre os anos de 1998 a 2006.

FIGURA 6 – SALDO COMERCIAL DO BRASIL COM A CHINA EM MINÉRIOS, FERRO AÇO ENTRE OS ANOS DE 1998 A 2006



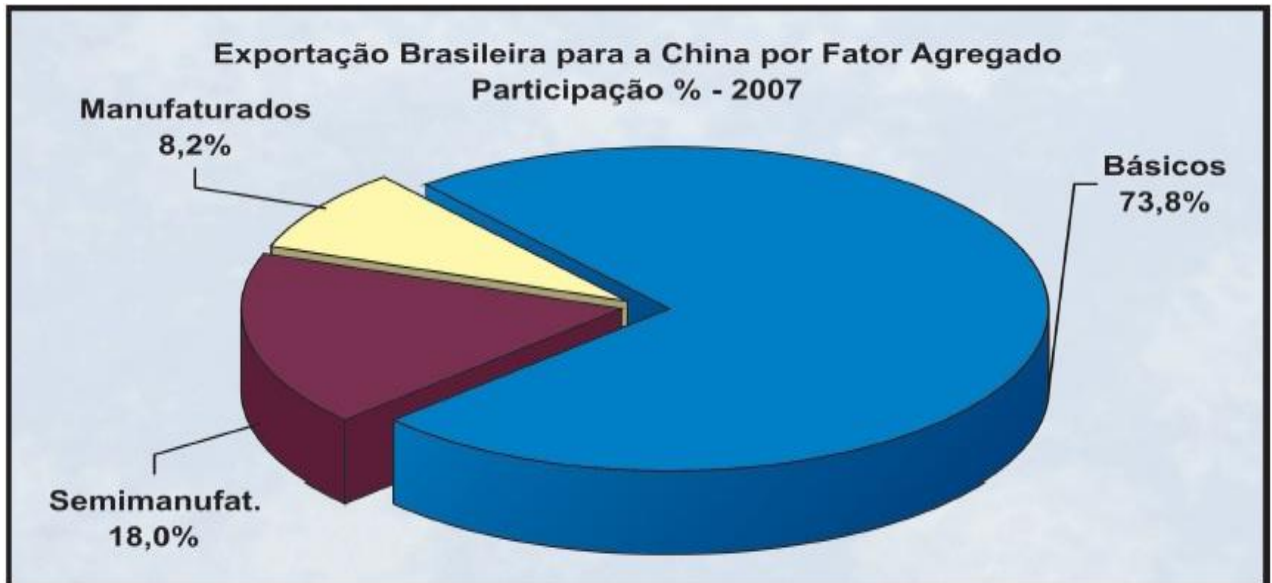
Fonte: IOS apud BARBOSA, 2009, p.37.

Entende-se que a demanda por aço na China se torna cada vez mais necessária para que haja uma conservação dos percentuais de expansão no país. Contudo, avalia-se que a qualidade do minério de ferro extraído nas minas da China são potencialmente inferior ao minério que é encontrado em outros países, o que, conseqüentemente, faz com que a China procure o fornecimento deste produto brasileiro (BARBOSA; MENDES, 2008).

Dentro dos valores agregados, entende-se que os produtos básicos elucidaram em aproximadamente 73,8% do catálogo de exportação brasileiro, apresentando em sequência os semimanufaturados, com 18%, e manufaturados com 8,2% (LO LUI, 2010).

A figura a seguir explana acerca da exportação brasileira para a China por fator agregado no ano de 2007.

FIGURA 7 – EXPORTAÇÃO DO BRASIL PARA A CHINA POR MEIO DE FATOR AGREGADO NO ANO DE 2007.



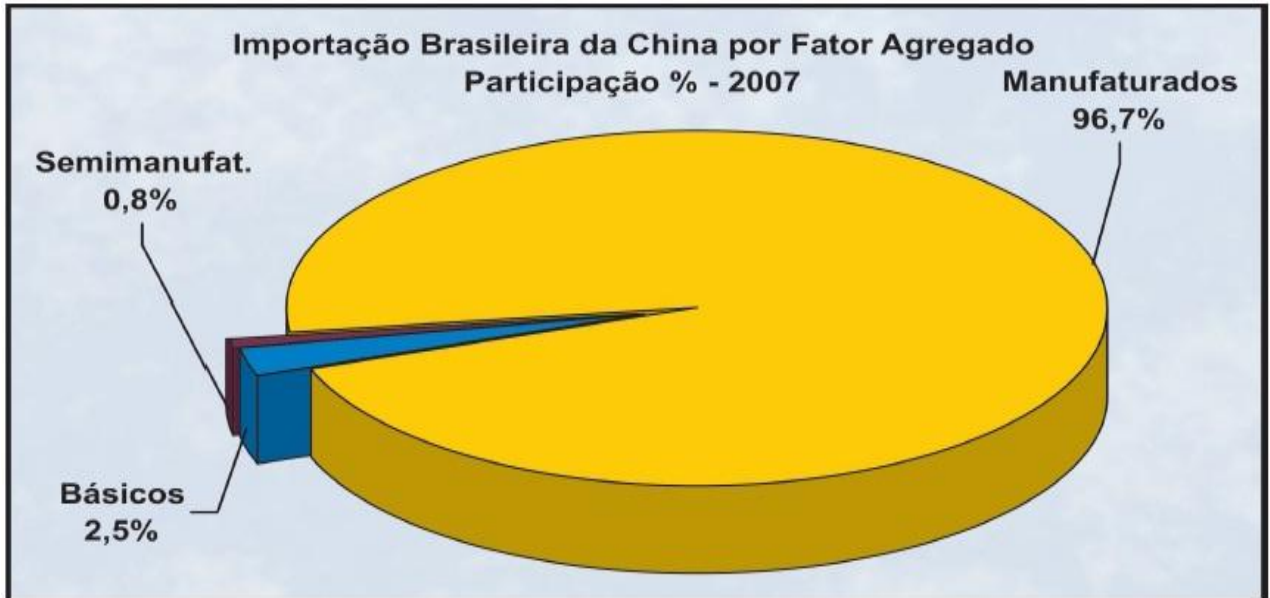
Fonte: MDIC apud Lo Lui, 2010, p.62.

Segundo Lo Lui (2010) os bens importados pelo Brasil derivados da China diferenciam-se extremamente dos bens exportados, uma vez que a importação centralizou-se, sobretudo, nos bens que apresentam maior valor agregado, como, por exemplo, os eletrônicos, eletrodomésticos, motores, computadores, dentre outros bens.

O catálogo de importações foi assinalado por elementos que apresentaram maior valor agregado, onde bens manufaturados corresponderam a aproximadamente 96,7% das importações, logo, os produtos básicos significaram 2,5% e produtos semimanufaturados 0,8% (BARBOSA; MENDES, 2006).

Por meio da figura a seguir, poder-se-á observar a respeito da importação brasileira da China por fator agregado no ano de 2007.

FIGURA 8 – IMPORTAÇÃO DO BRASIL PARA CHINA POR MEIO DE FATOR AGREGADO NO ANO DE 2007.



Fonte: MDIC.

Segundo as informações do MDIC, cabe salientar que umas das singularidades relevantes acerca da pauta de importações do Brasil advindas da China é decorrente uma parcela expressiva que representa aquisições de produtos relacionados à atividade produtiva (BARBOSA; MENDES, 2008).

Lo Lui (2010, p.63) analisa que cerca de “76% das compras em 2007 corresponderam a bens de capital e matérias-primas e intermediários, representatividade esta que evoluiu diante da participação de 63,6% registrada em 2003. As importações de bens de consumo representaram somente 22,5% da pauta e não sofreram alteração entre 2003 e 2007.”

A tabela a seguir elucida sobre a explanação mencionada.

TABELA 9: IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DA CHINA POR MEIO DE CATEGORIA DE USO

Importação Brasileira da China por Categorias de Uso 2007 e 2003 - US\$ milhões					
	2007	2003	Var% 07/03	Part. %	
				2007	2003
Matérias-primas e intermediários	4.838	807	496,8	38,3	37,6
Bens de Capital	4.713	558	740,6	37,4	26,0
Bens de Consumo	2.833	484	483,0	22,5	22,5
-não duráveis	1.095	150	626,0	8,7	7,0
-duráveis	1.739	334	418,7	13,8	15,5
Combustíveis e lubrificantes	234	298	-21,8	1,9	13,9
Total	12.618	2.148	485,1	100,0	100,0

Fonte: MDIC apud Lo Lui, 2010, p.63.

Assim sendo, diante das análises indicadas, insere-se como base ao contexto discorrer a respeito da identificação dos principais produtos da relação estabelecida entre Brasil e China, de modo a fundamentar os conteúdos trabalhados.

4.2 Identificando os produtos da relação entre Brasil e China

Primeiramente, observa-se que Brasil e China são países equivalentes em porcentagem de igualmente extensão e por isso, possuem ideais semelhantes de crescimento, mesmo que apresentando direcionamentos administrativos opostos. Porém, há que se ponderar que ambos possam estar equivocados no que se refere ao crescimento e desenvolvimento comercial diante da situação global atual (ARRIGHI, 2008).

Tusco (2010) pressupõe que a China tem como o propósito é chegar ao patamar de maior potência mundial, colocando em risco, inclusive, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida de seus habitantes. Ressalta-se que o comércio da China tem incentivo contundente quanto à produtividade nacional, fazendo com que tal produtividade se detém em alta tecnologia e desempenho comercial (ARRIGHI, 2008).

Cruz (2007) adverte que é aconselhável aos países em desenvolvimento seguir parte deste exemplo, fomentando a indústria e incentivando a geração de empregos, mas sempre respeitando o trabalhador e o ambiente.

No entanto, no Brasil, existe certo *déficit* no tocante a políticas sérias para reduzir a exorbitante carga tributária, o número de obrigações acessórias e a quantidade de encargos sociais e trabalhistas que indubitavelmente sobrecarregam as empresas (CRUZ, 2007).

Assim, o autor, avalia que as empresas brasileiras necessitam confrontar-se diariamente no sentido de poder sobreviver num ambiente hostil aos negócios e à produção, que impede o desenvolvimento comercial. Entretanto, esta contextualização revela as condições atuais, no comércio, e/ou indústria brasileira competem comercialmente com outras nações emergentes, tal como a China (ARRIGHI, 2008).

Destarte, para Tusco (2010), no Brasil, em consequência do excesso de burocracia, regras e tributos o desenvolvimento se encontra estagnado, o que afasta investidores. Neste sentido, diante da visualização da difícil reforma tributária, o Governo deve manter espaço para minimizar a carga tributária de todos os setores produtivos. Desonerar a produção nacional seria uma solução plausível na direção de um grande passo no sentido do Brasil inserir a indústria nacional na posição de igualdade para que seja possível competir com as maiores potências mundiais (ARRIGHI, 2008).

Neste sentido, torna-se necessário que o Governo se atente a resoluções no intuito de recuperar seu prestígio comercial no exterior, pois, se nada for feito, as sequelas podem se tornar cada vez mais difíceis de ser superadas (TUSCO, 2010).

Pode-se partir do pressuposto de que o Brasil a partir do Governo de Itamar Franco se inseriu numa fase de fomento no crescimento que perdura até hoje. O início dessa fase se deve à abertura econômica do Brasil, porém em conjunto com o avanço das reformas econômicas na China que abriu espaço para uma melhor e maior inserção e adaptação desse país na economia internacional (TUSCO, 2010).

Tal fator se deu na década de 1990, porém apresentando dificuldades que atrasavam as relações brasileiras com a China. Exemplo de entrave a serem citados, como as crises brasileiras e asiáticas, que geraram dificuldades no

relacionamento por motivos de priorização de compromissos internos e até mesmo regionais. Estas dificuldades, de acordo com Arrighi (2008), mesmo havendo interesse mútuo na ampliação dos negócios comerciais e de laços políticos ainda não foi nessa década que as relações deslancharam definitivamente.

Assim:

A partir dos anos 90, as relações com a China são significativamente ampliadas, no entanto, essas melhorias chocaram-se com a crise asiática, provocando uma drástica redução nas exportações brasileiras para a Ásia enquanto que as importações mantiveram-se. A crise asiática, em conjunto com a própria crise brasileira no início de 1999, ainda que provocando retração no comércio e no fluxo de investimentos, propicia uma maior aproximação política com vistas a um posicionamento mais próximo frente aos desafios do sistema internacional (OLIVEIRA apud TUSCO, 2010, p.49).

A citação acima demonstra o comportamento oscilante das relações entre Brasil e China na década de 90, época em que houve as mais significativas mudanças para que o mercado entre os dois países mudasse de direção a partir do século XXI (TUSCO, 2010).

Desta forma, a partir disso foi iniciado um andamento sólido, buscando intenso crescimento, aumentando as exportações brasileiras à China e aumentando também, no mesmo período, as importações chinesas com significativa evolução (TUSCO, 2010).

De acordo com os argumentos de Biato Júnior (2010), o Brasil e a República Popular da China são notoriamente bem separados, geograficamente e contam com acentuadas diferenças no processo histórico, no regime político, no sistema social, na tradição cultural e nas condições naturais.

Contudo, Biato Júnior (2010) afirma que os dois países possuem características em comum no sentido de salvaguardar suas condições de independência e de soberania nacional, na luta pela construção da nação e da própria identidade. Entretanto, desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e o Brasil, as relações bilaterais, em todas as áreas, vêm se desenvolvendo de maneira satisfatória, evidenciando resultados significantes e compensadores (BIATO JÚNIOR, 2010).

Nos primeiros anos da década de 1990, os líderes dos dois países chegaram em consenso ao estabelecer uma união de processo duradouro e estável, como intuito de benefício mútuo (BIATO JÚNIOR, 2010).

Assim, segundo este autor, o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento com quem a China estabeleceu uma sólida parceria estratégica, bem como uma cooperação amistosa comercial entre si. Para que isto acontecesse, foi necessário que as autoridades brasileiras se reunissem inúmeras vezes e com relativa frequência, o que aumentou o conhecimento e a confiança mútuos (BIATO JÚNIOR, 2010).

Identificando os resultados da relação entre Brasil e China, Biato (Júnior (2010) percebe que a cooperação, tanto econômica, quanto comercial e científico-tecnológica, tornaram-se constantes como instrumentos de base no que tange à construção da parceria estratégica sino-brasileira, no sentido de aprofundamento crescente entre tal relação.

Assim, as estatísticas brasileiras mostram que a exportação brasileira para a China cresce contundentemente a cada ano. Neste sentido, pode-se considerar que o Brasil já é o maior parceiro comercial da China na América Latina, há vários anos consecutivos. Tornando-se um dos dez maiores mercados para a exportação brasileira (ARRIGHI, 2008).

Dentro destes resultados são constantes os fatos de que a cooperação econômica e os investimentos mútuos, entre Brasil e China vêm aumentando, paulatinamente, a cada ano (BIATO JÚNIOR, 2010). Ao visualizar os resultados da comercialização entre Brasil e China, Biato Júnior (2010) observa que as empresas chinesas nas áreas de processamentos de madeira, de siderurgia, de eletrodomésticos e de telecomunicações realizam, atualmente, investimentos contundentes no intuito de instalarem-se no Brasil. Os esforços empenhados pelos referidos países se estabelecem com ênfase voltada ao entendimento da necessidade de estabelecer-se um abrangente e completo relacionamento de cooperação visualizando um futuro de médio e longo prazo (BIATO JÚNIOR, 2010).

Destarte, de acordo com Tusco (2010), pode-se considerar que Brasil e China têm realidades semelhantes e compartilham interesses comuns. Por isso, torna-se

necessário que as autoridades competentes visualizem a importância das cooperações bilaterais, diversificando e ampliando as áreas de atuação.

Portanto, torna imperativo enriquecer e aprofundar o conteúdo da parceria estratégica sino-brasileira, aumentando os intercâmbios e as cooperações bilaterais em todas as áreas e níveis, criando benefícios, tendo como meta atingir os objetivos almejados, ou seja, o progresso e o bem-comum de ambos os povos (TUSCO, 2010).

A China e o Brasil são os maiores países emergentes situados, respectivamente, a Leste e a Oeste do globo terrestre, que simultaneamente se dedicam ao desenvolvimento de suas economias e à melhoria do padrão de vida de seus povos (BIATO JÚNIOR, 2010).

Observa-se, diante dos argumentos de Tusco (2010), que tais estratégias possam, indubitavelmente, acarretar, em princípio, grandes responsabilidades para o progresso e para a prosperidade de suas respectivas regiões e, secundariamente, para o desenvolvimento dos demais povos interessados nessa junção de potencialidades.

Portanto, o fortalecimento do estreitamento das relações mercadológicas entre Brasil e China, certamente se tornam condições estratégicas no sentido de correspondência de interesses fundamentais dos seus povos, auxiliando na defesa da paz e no desenvolvimento em níveis regional e mundial (BIATO JÚNIOR, 2010).

Dentro deste contexto, Tusco (2010) alega que atualmente, a China consta como um dos principais parceiros econômicos do Brasil. Entretanto, alguns especialistas veem o crescimento chinês como uma oportunidade e outros o vêem como uma ameaça para o Brasil. No entanto, sabe-se que a competitividade das mercadorias chinesas é extremamente preocupante, não só ao Brasil, mas para todo e qualquer país (TUSCO, 2010).

Nesta conjuntura, Tusco (2010) afirma que no maior mercado consumidor do mundo, os Estados Unidos, a China também tem crescido em participações e em alguns casos concorrendo diretamente com produtos brasileiros.

Ponderando sobre o assunto, Tusco (2010) diz que tal fato se torna benéfico ao Brasil uma vez que a expansão do comércio entre Brasil e China se torna cada vez mais significativa no que tange a causar *superávits* comerciais, principalmente

impulsionados pelos produtos primários, visto que a demanda chinesa nesse setor se encontra, atualmente, expressiva.

Em se tratando de resultados, o Brasil se atenta para:

Ao analisar as possibilidades de mercados na China para o Brasil, percebo que as nossas vendas a ela tem potencial para se aprofundarem significativamente. Agora, cabe aos nossos empresários cumprirem a sua parte, pois o Governo realiza a dele de forma satisfatória, organizando missões e fechando os mais variados tipos de acordos (VILLELA apud TUSCO, 2010, p 51).

A citação acima alude que expandir o comércio com os chineses é possível e poderá trazer bons resultados para o Brasil. No entanto, é de fundamental importância que o país tenha a China como parceira, não apenas na área política, mas também na econômica. E, uma visão ampla, vale salientar que para Tusco (2010), tudo indica que no século XXI a China será um dos países que terá a possibilidade de ditar as regras, portanto, mantê-la como aliada é primordial para as aspirações brasileiras. Todo o processo de reordenamento no tocante ao eixo econômico mundial já influencia as economias de todos os países do mundo, principalmente no Brasil que também não poderia ser diferente (TUSCO, 2010).

Tusco (2010) esclarece que cada vez mais o comércio entre as nações é uma estratégia fundamental para as economias nacionais e para o desenvolvimento do sistema capitalista. Desta forma, o volume de transações aumenta com o tempo, sofrendo momentos de crises, porém, sempre retomando o crescimento.

Paralelamente, Barbosa e Mendes (2006) mencionam que a abertura econômica da China foi uma das reformas que mais contribuiu à ascensão econômica da China.

Nesta abertura, destacou-se, de acordo com Barbosa e Mendes (2006) o Investimento Direto Externo (IDE), e através dele, houve um consistente ingresso de investimentos e tecnologias estrangeiras devido às vantagens e facilidades proporcionadas pelas Zonas Econômicas, desfigurando gradativamente a economia chinesa em relação à exportação, inclusive às facilitadas pelo regime cambial. No entanto, há de ressaltar-se que o saldo da balança comercial entre os dois países tem gerado preocupações quanto à capacidade do Brasil em aproveitar o crescimento econômico chinês. Questiona-se, neste íterim, o fato de o Brasil

praticamente exportar produtos primários e importar bens com maior valor agregado, o que poderá acarretar em problemas na balança comercial brasileira.

Em seguida, pensa-se na associação à crescente presença da China no mercado mundial, e em alguns casos, substituindo as exportações brasileiras. Neste sentido, segundo as constatações de Arrighi (2008), cabe ao Brasil se concentrar em balancear e controlar esse comércio com a China, não deixando com que as exportações continuem a basear-se em produtos primários.

Outra estratégia válida seria aumentar o grau de especialização em determinados setores industriais em que a China não está investindo maciçamente. Isso poderá refletir também na competição entre os países no comércio mundial (BIATO JÚNIOR, 2010).

Considera-se, assim, que apesar da distante geográfica entre Brasil e China, bem como a exorbitante diferença cultural, necessário se que o Brasil ainda pode explorar muito o comércio sino-brasileiro e, assim, evoluir substancialmente sua economia com essa possibilidade. É evidente a dificuldade na previsão acerca de futuras relações ente os referidos países, pois além de os chineses ainda precisarem se consolidar como hegemônicos é difícil prever as atitudes que os governantes chineses terão em relação ao Brasil no futuro, mas, pressupõe-se que deva ser melhor do que no presente.

4.3 Principais organizações empresariais no comercio Brasil e China

Lo Lui (2010) relata que as exportações realizadas do Brasil para a China abarcam amplos volumes de ordem financeira, que são efetivados na maioria das vezes por organizações empresariais multinacionais. E, entre as vultuosas organizações que operam neste sistema, destacam-se as empresas, onde as atividades principais incidem em atuações em segmentos de produção de grão de soja, óleo de soja e minério de ferro (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

A partir da tabela a seguir, poder-se visualizar as cinco maiores organizações empresariais que são ressaltadas pela Receita Federal.

FIGURA 9 – PRINCIPAIS EMPRESAS QUE EXPORTAM PARA CHINA.

Fonte: Receita Federal apud Lo Lui, 2010, p.64.

ADM Importadora e Exportadora AS
Bunge Alimentos AS
Cargill Agrícola AS
Cia. Vale do Rio Doce
Minerações Brasileiras Reunidas AS
Samarco Mineração AS

O percurso contrário relativo ao fluxo de produtos que são importados pelo Brasil derivados da China igualmente aumentou expressivamente. Em apenas quatro anos o índice de organizações empresariais brasileiras que compraram produtos da China aumentou em um percentual de 135% (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

No ano de 2009, aproximadamente 16,8 mil companhias estabelecidas no país realizaram importações de artigos chineses, sejam a partir de bens de consumo, insumos ou máquinas.

Lo Lui (2010, p.64) pondera que “isso significa que cinco em cada dez importadores brasileiros compraram produtos do país asiático em 2009. Junto com a pulverização, cresceu o número de grandes importadores — em 2005, só 12 empresas compravam mais de US\$ 50 milhões dos chineses, número que passou para 41 em 2009.”

Segundo o autor, o catálogo de produtos que foi importado pelo Brasil delineou determinadas alterações no transcorrer do período, embora as organizações empresariais de tecnologia, ainda continuam como líderes nas importações do Brasil, o volume de empresas que atuam no segmento varejista aumentou em proporções significativas, assinalando que o volume de produtos apresentados pela China vem se tornando cada dia mais diversificado.

Lo Lui (2010) pondera que:

De acordo com dados do MDIC, na faixa entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões, o volume de empresas que importam da China também triplicou — de 73 para 226. Além de aumentarem o valor comprado no país asiático, mais empresas passaram a se abastecer por lá. No total, 16,8 mil empresas compraram produtos chineses em 2009—135% mais em apenas quatro anos. O aumento do número de grandes importadores da China é um reflexo da maior participação daquele país nas importações totais do Brasil. Em 2005, os chineses vendiam 7,3% do valor total importado pelos brasileiros. Hoje, essa fatia é de 12,5%. No mesmo período, a participação dos Estados Unidos caiu de 17,2% para 15,7%.” (VALOR ECONÔMICO apud LO LUI, 2010, p.64))

O volume de organizações empresariais presentes neste segmento seria ainda maior caso não houvesse crises econômicas nos Estados Unidos e na Europa. Observa-se, diante disso, que as empresas que produzem aço, diminuíram sua produção em percentuais notáveis no ano de 2009 (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). O segmento siderúrgico consistiu, em termos históricos, em um grande parceiro no estabelecimento da relação bilateral entre Brasil e China.

A elevada qualidade do carvão mineral da China associada ao seu pequeno preço de venda apareceu como uma espécie de opção para a diminuição dos custos perante o acirramento da concorrência mercadológica diante do segmento siderúrgico brasileiro e internacional.

A questão que demonstra a relevância das siderúrgicas neste segmento encontra-se ressaltada no ranking dos maiores importadores no ano de 2002, época em que as seis primeiras posições existentes as três primeiras pertenciam ao setor em questão.

Diante desta conjectura, insere-se como basal ao contexto discorrer a propósito das perspectivas futuras para o estabelecimento da relação comercial entre o Brasil e a China, com seus propósitos e produtos e bens de serviço.

4.4 Conjeturas acerca do futuro para a relação comercial entre Brasil e China: considerações sobre os potenciais bens e serviços a serem exportados

Lo Lui (2010) avalia que diante dos resultados explanados anualmente disponibilizados pelo MDIC, pode-se observar que o curso comercial determinado entre os dois países cresceu consideravelmente no decorrer dos anos.

Porém, a probabilidade de aumento das dimensões e das diversidades de produtos ainda consistem como extremamente sólidas, uma vez que o Brasil incide em apenas o nono colocado dentre o *ranking* dos maiores fornecedores de insumo à China, de tal modo, que não esboce entre os dez maiores recebedores dos produtos chineses (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Segundo Lo Lui (2010)

A pauta exportadora brasileira para o mercado chinês se baseia na venda de produtos primários e semimanufaturados (soja, minério de ferro etc.), enquanto a China concentra o bruto de suas exportações ao Brasil sob forma de bens manufaturados (LO LUI, 2010, p.65).

Esta permuta demonstra, segundo o autor, uma elevada desvantagem para o caminho brasileiro dentro do âmbito de intercâmbio de valores agregados. A elevada concentração da exportação do Brasil dentro de um modelo de produtos presente na classe de *commodities* colabora para que o país se transforme em refém da determinação de preços perpetrado pelo mercado internacional, bem como, flutuação cambial (BARBOSA; MENDES, 2008).

Destarte, acredita-se que para que o Brasil se encontre em uma situação mais confortável nesta relação comercial com a China torna-se importante que haja um maior esforço por parte do Brasil em aperfeiçoar sua qualidade de produtos designados ao exterior, sobretudo ao acrescentar maior tecnologia e, assim, diferenciar o número de produtos de exportação (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Acerca dos bens e serviços ainda pouco explorados para a exportação, Lo Lui (2010) menciona inicialmente os alimentos, ao ponderar que os assuntos de cunho alimentar consistem em uma das primazias do governo da China.

Entretanto, salienta-se que o Brasil é considerado em um dos maiores produtores mundiais de produtos agropecuários. Diante disso, compreenda-se por que o Brasil pode torna-se facilmente um candidato a abastecer este mercado consumidor.

Lo Lui (2010) avalia que:

A visita do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil em novembro de 2004 serviu para selar alguns acordos entre os dois países. Dentre eles, realizaram-se importantes negociações na quebra de cotas de importações

chinesas de carnes brasileiras e acordos sanitários que capacitaram o Brasil como país apto a exportar alimentos para a China. Todavia, o mercado exportador de alimentos do Brasil para a China, excluindo os derivados da soja, ainda é bastante escasso. A categoria referente a pedaços e miudezas de aves aparece apenas na décima terceira posição em 2010, apenas 0,57% total exportado (LO LUI, 2010, p.66).

Sequencialmente, tem-se o etanol, dentro de um cenário, onde as discussões acerca da consciência ambiental tornam-se cada vez mais frequente em dimensão mundial, especialmente na China. Avalia-se que, atualmente, as fontes de energia renováveis ou de menor detrimento ao meio ambiente versam em reais e viáveis alternativas à conservação de um desenvolvimento sustentável na China.

Assim sendo, o Brasil compreende em um dos maiores produtores de álcool em dimensão mundial, podendo, neste sentido, tornar-se no principal fornecedor de etanol ao mercado consumidor chinês, e, associado a este fator, poderia então a China passar a não mais depender do petróleo proveniente dos países do Oriente Médio (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Os bens denotados de automóveis híbridos inserem-se neste contexto, seguindo a mesma fundamentação das exportações de etanol para o mercado chinês, onde a comercialização de veículos, a partir da tecnologia biocombustível, consistiria em uma alternativa para o Brasil em acrescentar maior valor ao produto exportado.

No que concerne à prestação de consultoria e de serviços, observa-se que “apesar do grande avanço econômico chinês nas últimas décadas, as noções de direito público e privado (elaboração de contratos internacionais principalmente) evoluíram em passadas curtas nesse período (LO LUI, 2010, p.66)”.

Neste sentido, esse tipo de situação acaba por permitir a inserção de empresas de consultoria e escritórios de advocacia que possuam o objetivo de atender a essa demanda potencial de empresários brasileiros e chineses que se incluam na corrente comercial Brasil-China. Na prestação de consultoria e de serviços, que faz referencia à construção civil e arquitetura, menciona-se que o desenvolvimento econômico chinês encontra-se densamente ligado ao crescimento das cidades. Logo, a necessidade de ordenação de novos centros urbanos associados à elevada inserção de pessoas estrangeiras no país provoca uma necessidade de construção de infraestrutura de maior modernidade e cenários que

assemelham às verificadas internacionalmente. Assim, o segmento de engenharia e arquitetura do Brasil poderia potencialmente operar neste nicho mercadológico.

No conhecimento e softwares voltados para a gestão financeira, discorre-se que o Brasil apresenta uma das melhores tecnologias ligadas ao sistema de gestão financeira em dimensão mundial.

“Softwares de administração bancária, de administração de cartões de crédito e arrecadação de impostos, por exemplo, são utilitários que já foram bastante desenvolvidos no mercado brasileiro (LO LUI, 2010, p.66)”.

Destarte, a exportação da tecnologia em questão em direção ao mercado da China, poder-se-á ser visualizada como uma basal alternativa para a diversificação e o acréscimo de valor do catálogo de produtos e serviços exportados pelo Brasil.

Quanto à tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em águas profundas, avalia-se que são distintas as tentativas e os acordos estabelecidos entre a Petrobrás e a petrolífera estatal chinesa Sinopec, com o intuito de viabilizar o remanejamento de tecnologia de prospecção e exploração de petróleo em alto mar.

A razão pela qual a Petrobrás torna-se líder mundial neste segmento associado à necessidade de a China em obter novas opções de alcance de petróleo pode fazer com que haja o restabelecimento de uma parceria significativa à organização empresarial brasileira, acarretando, deste modo, na comercialização de equipamentos e serviços de elevada tecnologia, que acabam atraindo divisas ao Brasil.

Por fim, tem-se a tecnologia agropecuária, ponderando que a “Embrapa atua com biotecnologia em sementes e rebanhos, como também desenvolve tecnologias para correção e melhor aproveitamento de solos, causando uma melhor produtividade das terras (LO LUI, 2010, p.67)”.

Logo, entende-se que esta tecnologia poderia, prontamente, ser exportada à China como um meio de se solucionar a pequena produtividade dos rebanhos chineses, e, igualmente, na conquista de terras em prol do plantio de sementes no país. (BARBOSA; MENDES, 2008) Menciona-se que os elementos elucidados compreendem em alguns exemplos de produtos e serviços que poderiam, basicamente, ser explorados pelo mercado exportador brasileiro no que se refere às vendas para o mercado chinês (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Assim, verifica-se a existência de distintos bens produzidos no Brasil que podem ser agregados à tecnologia e *know-how*, que poderiam amenizar a grande dependência do segmento de exportação nacional dos bens primários, e, deste modo, produzir novas fontes de arrecadação de divisas de ordem internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorre-se que o Brasil vem mantendo relações comerciais com a China desde o princípio da formação da República Popular da China. Todavia, salienta-se que em decorrência da distância que separa os dois países, arraigada à deficiência de políticas voltadas para o incentivo do comércio entre os países, este tipo de relação foi expressivamente inviabilizada entre os anos de 1950 e 1960.

O processo de ascensão chinesa em prol da ocupação da principal posição na lista de parceiros comerciais do Brasil apresenta uma das razões relacionadas ao fato da ocorrência do longo processo de recuperação mundial que distintos parceiros econômicos do Brasil vivenciaram diante de uma crise econômica que afetou proporções internacionais. Há de considerar-se que a relação comercial entre Brasil e China cresce em percentuais notáveis. Atualmente, a China é apontada como o país que possui a maior parceria comercial com o Brasil. Em contrapartida, este ocupa a nona posição entre aqueles que mais fornecem bens e serviços para o território chinês.

Constata-se, no transcorrer das análises, que a relação comercial sino-brasileira, é de grande valia, embora tenha alcançado dimensões consideráveis. Ainda assim, nesta, verifica-se um potencial significativo para obter-se maiores expansões.

Na pauta de exportações realizadas pelo Brasil em direção à China, salientou-se que esta é formada, em sua maioria, por produtos primários e de pequeno valor agregado, e, paralelamente, por produtos provenientes da China que alcançaram o mercado brasileiro sob o aspecto de manufaturas dotadas de maior valor.

Analisa-se, igualmente, que a diversificação da pauta de exportações passaria a consistir como de maior viabilidade, em caso de ser devidamente elaborada pelos agentes exportadores nacionais, o que colaboraria para o aumento das taxas de exportação.

De tal modo, produtos e serviços brasileiros de maior valor agregado, indubitavelmente, poderiam dividir o espaço nas exportações com os produtos

tradicionais neste segmento, como minério de ferro e soja, considerados fundamentais à economia da China.

Entretanto, considera-se que o estabelecimento da justaposição entre Brasil e China poderá causar preocupações ao Brasil, uma vez que o fato de a intensa demanda chinesa beneficiar o processo de exportações de produtos nos quais o Brasil possui vantagens competitivas. Simultaneamente, acredita-se que a introdução de produtos chineses no Brasil pode vir a ocasionar problemas em períodos de médio e longo prazo, a partir da determinação de falência de organizações empresariais de segmentos que não se encontram aptos para competir de forma semelhante aos produtos chineses.

Em síntese, é notável que o comércio Brasil e China, incide em um processo de real importância para ambos os países, ligado a este sistema. Verificam-se ainda, vantagens e desvantagens neste estabelecimento de relação. Todavia, estas trouxeram um grande desenvolvimento do comércio brasileiro em relação ao mundo, e a afirmação de uma relação bilateral entre estes países pode oferecer um tratamento mais adequado e qualificado diante do segmento comercial, mas, igualmente político ao propiciar o regozijo recíproco dos respectivos interesses nacionais.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Luciana Acioly; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *As relações bilaterais Brasil – China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil*. Grupo de trabalho sobre a China. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110408_estudochinaipeamre.pdf>. Acesso em 17 dez. 2012.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto. UNESP, 1996. 408p.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Bomtempo, 2008

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MENDES, Ricardo Camargo. *A ascensão chinesa e os desafios da política externa brasileira*. *Nueva Sociedad*, v. 188, n. 09, 2008. Disponível em <http://www.nuso.org/upload/articulos/p9-3_1.pdf>. Acesso em 13 out. 2012.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; MENDES, Ricardo Camargo. *As relações econômicas entre Brasil e China: uma parceria difícil*. FES - Briefing Paper. 2006. Disponível em <http://www.observatoriosocial.org.br/download/brasil-china.pdf>. Acesso em 13 dez. 2012.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Made in China: oportunidades e ameaças colocadas pela ascensão global da China para os trabalhadores latinoamericanos*. In: autor. *As Relações Geopolíticas e Econômicas entre o Brasil e a China de 1998 a 2008*. *RedLat*. 2009. Disponível em <http://www.redlat.net/documentos/redlat_china_baixa.pdf>. Acesso em 15 Nov. 2012.

BIATO JÚNIOR, Oswaldo. *A parceria estratégia sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília-DF: FUNAG, 2010. Disponível em <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/a_parceria_estrategica_sino_brasileira_origens_evolucao_e_perspectivas.pdf>. Acesso em 13 dez. 2012.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Unesp, 2007.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 5. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico: explicitação das normas da ABNT*. 16. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IMPERIOS em ascensão, 400a.C.-200d.C. ; tradução Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Cidade Cultural ; Time-Life, 1990. 176p. (Historia em revista)

LO LUI, André Ka. *A trajetória desenvolvimentista chinesa e os aspectos do comércio entre Brasil e China*. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Centro Sócio Econômico. Departamento de Ciências Econômicas. Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Florianópolis, 2010. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292765>>. Acesso em 15 de nov. 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 7-30, 2004

KRUGMAN, Paul, OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: teoria e política*. 6.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

RIBEIRO, Valéria Lopes. *A China e a economia mundial: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. Florianópolis, 2008. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCNM0201-D.pdf>>. Acesso em 13 out. 2012.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

SEBBEN, Sílvia Carolina. *Os desafios das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos no contexto da ascensão da China*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34811/000783549.pdf?sequence=1>>. Acesso em 13 out. 2012.

SECRETARIA de Comércio Exterior. 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em 29 out. de 2012.

SULEIMAN, Amanda Battaglini. *O salto econômico da China: crescimento e mudança*. Fundação Armando Álvares Penteado. Faculdade de Economia. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.faap.br/faculdades/economia/pdf/monografias/amanda_battaglini.pdf>. Acesso em 13 out. 2012.

THORSTENSEN, V. *Perfil da política e instrumentos de comércio internacional dos BIC's: China, Índia e Brasil*. Brasília: Ipea, mar. 2011. (Nota Técnica– Projeto regulação do comércio Global).

TUSCO, Andrade de Macedo. *Relações comerciais entre Brasil e China*. 2010. 66 fls. Graduação (Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-RS, 2010. Disponível em <<http://cnm.ufsc.br/files/2011/04/Andre-Macedo-Tusco.pdf>>. Acesso em 14 de out. 2012.

UM COMTRADE. Disponível em:< <http://comtrade.un.org>>. Acesso em 10 out. 2012.